



OVER Pharma
life overall



RELATÓRIO & CONTAS
2024



OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024

ÍNDICE

01

MENSAGEM DA GERÊNCIA

02

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

03

RELATÓRIO DE GESTÃO

04

INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

05

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

**5.1. Demonstrações
Financeiras**

**5.2. Anexo às
Demonstrações
Financeiras**

06

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

A photograph of three surgeons in an operating room, wearing green scrubs, masks, and caps. They are focused on a patient, with their hands visible near the surgical site. The image is overlaid with a semi-transparent green filter.

MENSAGEM DA GERÊNCIA

01



OVER|Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS
2024

MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados Parceiros,

A constante e permanente evolução da saúde em Portugal, obriga a uma flexibilidade de adaptação das empresas que operam neste sector. O ano de 2024 não foi exceção, assistiu-se a uma reformulação do SNS com a integração dos Cuidados Primários nos Hospitais criando-se as Unidades Locais de Saúde, mas foi com grande prazer que superámos muitos dos desafios que se nos colocaram, não apenas relacionados com a conjuntura económica, mas também com as mudanças que ocorreram no SNS.

Para a Overpharma foi também um ano de reestruturação do negócio com a alienação de 51% do seu volume de negócio e do seu portfolio, com evidente impacto nas mais diferentes áreas como por exemplo recursos humanos e logística, tratou-se também do início da integração da empresa no Grupo FHC, beneficiando das sinergias do mesmo nas mais diversas áreas.

A crescente evolução da procura do SNS e a elevada procura obriga a uma maior adaptação das empresas que operam no sector a redescobrir processos e formas de dinamização no mercado; focalizando-se em atender novas necessidades e novos desafios.

A escassez de alguns medicamentos no mercado português e europeu, constitui hoje para as empresas de genéricos Hospitalares um desafio gigantesco, os atrasos de fabrico na origem e a pressão concorrencial foram alguns dos nossos principais obstáculos, mas a empresa conseguiu manter a qualidade dos seus serviços e a satisfação dos clientes, através de uma gestão eficiente dos recursos e da implementação de novas estratégias de negócio.

Estrategicamente, adotamos novas metodologias de trabalho com os nossos principais parceiros, que nos permitiu crescer de forma a alcançarmos os nossos objetivos em segmentos de negócio com especial importância para a Overpharma, mas também para o Grupo FHC.

Continuamos a querer cada vez mais afinar e alinhar as nossas ações com o nosso propósito, impactando positivamente a vida das pessoas que possam beneficiar com as soluções terapêuticas que apresentamos, mas que representem também boas práticas para os profissionais de saúde, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

Para o ano de 2025, a empresa tem como objetivo consolidar a sua posição no mercado, expandindo o seu Portfolio e diversificando a sua oferta de produtos e serviços. Pretendemos também investir em novas tecnologias e processos, de forma a aumentar a eficiência operacional e a melhorar a experiência dos clientes. Além disso, a empresa irá manter um foco constante na formação e desenvolvimento dos colaboradores, de modo a garantir uma equipa motivada e qualificada.

Por fim, queremos transmitir confiança e transparência aos nossos parceiros e stakeholders, reafirmando o compromisso da empresa com a excelência e a inovação no setor farmacêutico, e um especial agradecimento aos nossos colaboradores, que permitem que continuemos a crescer e a evoluir neste mercado tão desafiante.

António Constantino

Diretor Geral



—
RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

02


OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS
2024

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRUPO FHC

CAPITAL HUMANO

Future of Work

A estrutura de gestão do Grupo FHC facilita a análise da organização e a definição de responsabilidades em diversos processos, assegurando a identificação e o acompanhamento das ações essenciais para o cumprimento dos seus objetivos. Este modelo contribui para uma comunicação mais eficiente, um maior nível de motivação das equipas, a otimização dos recursos disponíveis e o desenvolvimento contínuo de competências dentro da organização.

Emprego

A trajetória de crescimento do Grupo FHC reflete a dinâmica comum à maioria das empresas, evidenciando a necessidade de fortalecer as equipas de trabalho. De forma geral, verificou-se um crescimento abrangente em todas as empresas do Grupo. Neste contexto, a principal preocupação centra-se no envolvimento dos colaboradores, promovendo um maior alinhamento e reforçando a sua ligação à organização.

Recrutamento

A gestão dos processos de recrutamento mantém-se centralizado no Departamento de Capital Humano. Esta gestão permite que o match entre o perfil pessoal, técnico e funcional do candidato e o perfil identificado pelo responsável do processo esteja perfeitamente alinhado. Desta forma é possível garantir que o investimento na formação de integração é eficaz e tem o seu retorno e a taxa de retenção do período inicial de contrato seja elevada.

Programa de Estágios

Somos uma referência na integração de diversas tipologias de estágio, incluindo estágios profissionais, curriculares, de verão e extracurriculares. As parcerias e protocolos estabelecidos com instituições de ensino fortalecem a nossa presença no mercado e promovem uma maior proximidade com a academia, contribuindo para a redução do fosso entre o meio académico e o mundo profissional.

Adicionalmente, estabelecemos parcerias com escolas e CDLS em iniciativas que proporcionam aos alunos e à população desempregada uma melhor compreensão da realidade do Grupo FHC. Exemplo dessas atividades são "Na Sombra de um Profissional", a presença em feiras de emprego e locais e os programas Open Day's, nas diferentes Empresas do Grupo FHC.

Acolhimento & Integração

O acolhimento e integração de novos colaboradores é identificado com um dos momentos mais importantes do início da relação entre a Organização e o colaborador. Este momento, proporciona as informações, recursos e suporte necessários para que estes se adaptem ao ambiente, à cultura e aos valores do Grupo FHC e da Business Unit de acolhimento.

Por forma a realçar a importância dada a este momento, foram identificadas e comunicadas 3 fases distintas no Acolhimento & Integração: a fase do *Meet & Greet* que se descreve pelo primeiro momento presencial do novo colaborador na Business Unit, conhecimento institucional do Grupo FHC, regras e orientações internas, entrega do Kit de Boas Vindas e visita aos espaços comuns da empresa; integração corporativa que contempla a apresentação dos serviços corporativos e demais Unidades de Negócio, a integração na Estrutura ou Negócio, a Integração na função e a avaliação do processo de Onboarding no Grupo FHC.

Diversidade e Igualdade

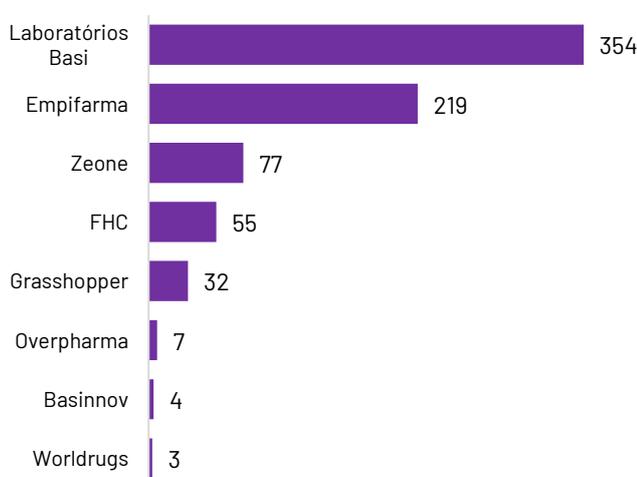
Relativamente aos indicadores macro, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento do headcount global, atingindo um total de 751 colaboradores. Ao longo do ano, registaram-se 209 novas contratações, refletindo, sobretudo, o reforço das equipas, em vez de meras substituições por cessações de contrato, dado que o turnover global foi de 23,8%.

No que respeita à distribuição por género, continuamos a apresentar um equilíbrio significativo, com aproximadamente 51% de colaboradores do género masculino e 49% do género feminino.

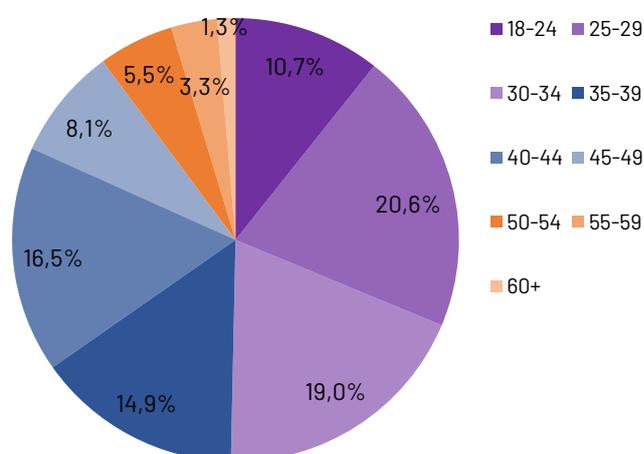
Em termos de divisão por Grupos Funcionais, mais de 45% ocupam posições operacionais e 44% ocupam posições técnicas ou de suporte.

Por sua vez, 63% dos colaboradores do género masculino desempenham funções e cargos de gestão e 37% de colaboradoras do género feminino assumem cargos de gestão.

Colaboradores por empresa



Idade | % |



383
Homens



368
Mulheres

751
Colaboradores

553

Contrato efetivo

198

Contrato a termo

Desenvolvimento de Pessoas

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, o Grupo FHC reforça o seu compromisso com a criação de parcerias e protocolos com instituições de ensino, promovendo a aproximação entre a academia e o meio empresarial. Esta iniciativa materializa-se tanto na integração de alunos em programas de estágio como na colaboração com a Pharma Academy no desenvolvimento de percursos formativos. O objetivo é garantir a aquisição de competências alinhadas com as necessidades reais da empresa e os desafios do setor.

Formação

A *Pharma Academy* mantém um papel central na estratégia definida para a gestão dos recursos humanos das equipas das Unidades de Negócio do Grupo FHC, agrupando 4 pilares de desenvolvimento de competências: as formações de base, as formações standard, as formações operativas e as formações de alta liderança.

Alinhando a visão e objetivos globais com as áreas de atuação das empresas do Grupo FHC, identificam-se áreas de desenvolvimento de competências:

Formação de base - transversais a todas as Unidades de Negócio, integradas no *onboarding* e de renovação periódica, quando aplicável. A componente de formação de base, tem o objetivo de assegurar a cultura, visão e missão alinhada com os valores do Grupo FHC, com vista a disseminar a cultura e influenciar comportamentos.

Formação Standard - visa assegurar a competências técnicas obrigatórias para responsabilidades complementares, bem como competências base para o desempenho das funções de rotina e melhoria contínua.

Formação Operativa - permite o desenvolvimento de competências técnicas dos colaboradores na área específica de atuação.

Formação de Alta Liderança - promove o desenvolvimento de competências estratégicas na gestão que potencia a criação de planos de longo prazo, com foco no sucesso e na sustentabilidade da organização.

Com estes 4 blocos conseguiremos garantir que as unidades de negócio tenham o número adequado de colaboradores com as habilidades e competências necessárias para atingir os objetivos organizacionais, contribuindo para a maximização do desempenho e produtividade dos recursos humanos das empresas, garantindo um ambiente de trabalho saudável e motivador, que é também a missão do departamento de Capital Humano.

Em termos de indicadores, o ano de 2024 contou com um acumulado de 19 237h, refletindo uma média de formação por colaborador de 27h, ligeiramente abaixo do número de horas executadas no ano anterior.

Esta redução esteve relacionada com a redefinição da estratégia no modelo de governance do grupo e posicionamento da atuação da *Pharma Academy*.

Gestão de Desempenho

A gestão de desempenho assume-se como um instrumento fundamental para definir e alinhar os padrões esperados de comportamento e desempenho dos colaboradores. Para além de promover uma cultura de excelência, permite também o desenvolvimento contínuo de cada colaborador, através da identificação clara dos seus pontos fortes e das áreas a melhorar.

Este processo visa reconhecer conquistas, identificar oportunidades de desenvolvimento e reforçar o compromisso com o crescimento individual e coletivo.

O modelo, revisto em 2024 e atualizado constantemente no que respeita ao mapeamento dos grupos funcionais das equipas mantém a divisão das Funções Operacionais (Operacionais, Assistentes, Técnicos, Técnicos Especializados) e Funções de Gestão e de Ação Crítica para o Negócio (Coordenadores, Gestores, Diretores e Diretores Gerais) e avaliar mediante 3 grupos de competências, que orientam a atuação dos colaboradores e transmitem o ADN do Grupo FHC (Corporativas), que contemplam as necessidades particulares de cada Grupo Funcional / Nível Funcional Interno (Transversais) e também de cada uma das funções (Específicas).

As diferentes competências de cada grupo são avaliadas em 5 níveis de proficiência - do nível 1 ao nível 5.

Competências Corporativas: refletem o ADN do Grupo FHC e reforçam a sua cultura, valores, missão, visão e estratégia. Constituem orientações fundamentais para a atuação de todos os colaboradores, garantindo a coerência e alinhamento nas diversas áreas da organização

Competências Transversais: representam as exigências comportamentais específicas associadas a cada grupo ou nível funcional dentro da organização. Estas competências são comuns a todos os colaboradores que integram o mesmo grupo ou nível funcional, promovendo consistência na atuação e no desenvolvimento profissional.

Competências Específicas: estão diretamente relacionadas com o exercício de cada função, abrangendo os conhecimentos e aptidões técnicas exigidos. Refletem as necessidades particulares de cada função, assegurando a eficácia e especialização na execução das atividades atribuídas.

Proud to be

Em resposta aos desafios constantes na gestão de pessoas realiza-se periodicamente o estudo de clima organizacional, como forma de permitir aos responsáveis das Unidades de Negócio medir o "sentir" das Pessoas sobre aspetos importantes, como a imagem da empresa, comunicação, benefícios e outros, permitindo obter índices que permitam ir avaliando a sua evolução, e desenhando plano de ação e monitorização das mesmas.

Os resultados levam à identificação de um conjunto de ações e é fundamental transformar os dados em ações práticas para promover melhorias reais no ambiente de trabalho. A análise cuidada e detalhada, bem como uma comunicação transparente dos resultados e, posterior elaboração de um plano de ação com metas específicas que sustentam a estratégia definida a longo prazo. É nesta linha de atuação que a gestão de topo das unidade de negócio do Grupo FHC se posiciona para que garanta um envolvimento contínuo dos colaboradores.

Segurança e Saúde

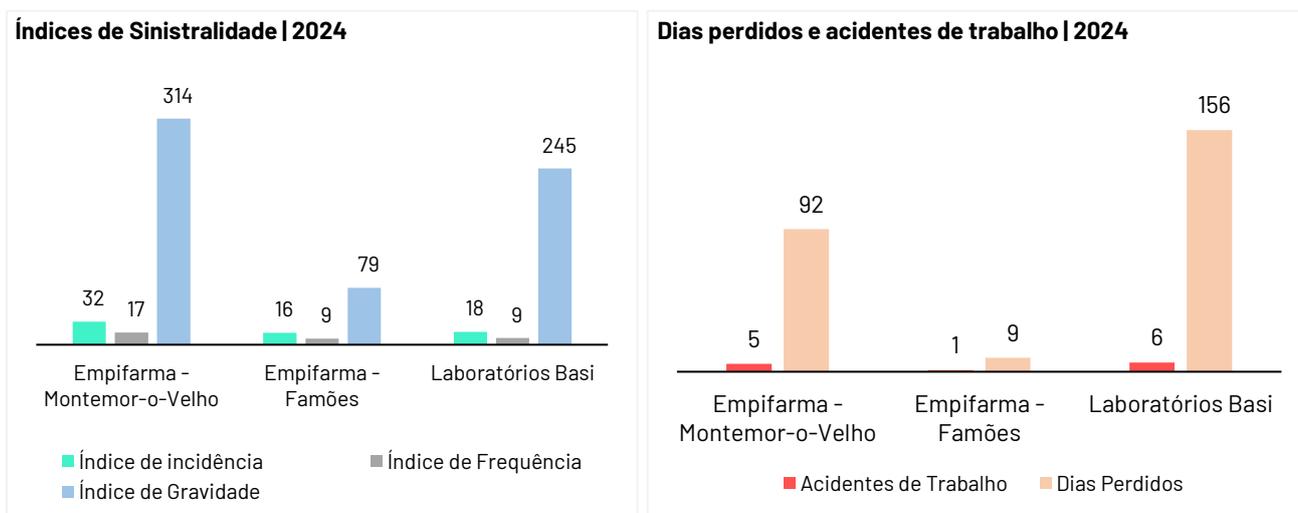
Tal como nos anos anteriores, 2024 manteve-se como um ano exigente no que respeita à Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho nas diversas empresas do Grupo FHC.

Conforme o ano anterior, foi concretizada a certificação pela norma ISO 45001 – Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, reconhecimento que reforça a estrutura organizacional e eleva o compromisso da FHC Farmacêutica e da Empifarma nesta área.

Em 2023, foi tomada a decisão estratégica de uniformizar os processos de certificação em todas as empresas do Grupo, alargando o âmbito da certificação ISO 45001 a todas as organizações. Em 2024, essa orientação concretizou-se, com a implementação alargada e com o reforço do compromisso com a disseminação de boas práticas, reconhecendo-se os desafios inerentes, mas também os benefícios internos e externos que daí advêm.

No que respeita à gestão de incidentes, o ano em análise evidenciou um desempenho global positivo, ainda que com margem para melhoria.

Foram registadas ocorrências na Empifarma, tanto na unidade logística de Famões como na de Montemor-o-Velho, bem como nos Laboratórios Basi. Nas restantes empresas do Grupo FHC, não se verificaram incidentes ao longo de 2024.



Índice de incidência – número de acidentes por cada 1 000 trabalhadores;

Índice de frequência – número de acidentes por cada 1 000 000 de horas trabalhadores;

Índice de gravidade – número de dias perdidos por cada 1 000 000 de horas trabalhadores;

Atividades a Destacar

Em 2024, foram desenvolvidas ao longo do ano diversas iniciativas, promovendo a partilha, o espírito de equipa e o envolvimento entre os colaboradores de todas as empresas do Grupo.

Vodafone Rally de Portugal



No dia 10 de maio, o Grupo FHC associou-se ao Vodafone Rally de Portugal, promovendo a 'Fun Zone FHC Group' - um espaço exclusivo destinado aos colaboradores do Grupo. Esta iniciativa proporcionou uma experiência marcante, que aliou momentos de convívio e aventura à oportunidade de acompanhar de perto a dinâmica e emoção das competições de rally.

No Grupo FHC, este é um tema de máxima relevância. Por esse motivo, entre os dias 6 e 31 de maio, são promovidas diversas atividades, tais como a campanha de doação de sangue, workshop EPI's by ET, ações de sensibilização e palestras sobre segurança.

Semanas da Segurança e Saúde no Trabalho



Semanas do Ambiente



A promoção da sustentabilidade é uma prioridade no Grupo FHC. Entre 5 de junho e 6 de julho, promovemos diversas ações para sensibilizar e incentivar práticas responsáveis, como a Iniciativa de Gestão de Energia "Desliga", com foco na eficiência energética e boas práticas de consumo, A Visita à Cocolab, Palestra "Ecodesign" e a Iniciativa Ambiental.

No dia 15 de novembro, celebrámos o Magusto do Grupo FHC nos Laboratórios Basi. O evento reforçou o espírito de equipa e a identidade do grupo num momento de partilha e convívio.

Magusto



Eventos de Final de Ano

Para encerrar 2024, promovemos almoços de celebração em cada Unidade de Negócio. Como em 2023, cada unidade de negócio organizou o seu próprio almoço devido a aumento de headcount. Mais do que uma tradição, estes encontros refletem o espírito de equipa e reconhecimento pelo trabalho de todos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Envolvimento com a Comunidade

Enquanto parte integrante da comunidade, o Grupo FHC assume a responsabilidade de promover iniciativas e apoiar causas que gerem um impacto positivo e sustentável na sociedade.

Anualmente, as empresas do Grupo contribuem através de ações solidárias e donativos, e 2024 não foi exceção. No último ano, os donativos totalizaram 198 mil euros, abrangendo apoios financeiros, a doação de produtos médicos e farmacêuticos a associações, iniciativas de solidariedade, incentivo ao desporto, entre outras formas de suporte à comunidade.

198K Euros em donativos

+ de 85K Euros em produtos médicos e farmacêuticos

Iniciativa Ambiental



No dia 6 de julho de 2024, o Grupo FHC realizou, pelo terceiro ano consecutivo, uma iniciativa extralaboral de cariz ambiental e social.

Com o envolvimento de mais de 300 participantes, foi possível recolher aproximadamente 75 kg de resíduos das margens da barragem da Aguieira, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

O Grupo FHC reforça, assim, o seu compromisso com a promoção de atividades que impulsionem práticas sustentáveis e de responsabilidade social, envolvendo toda a Comunidade do Grupo nesta missão.

No dia 21 de março, assinalando o Dia Mundial da Árvore, o Grupo FHC promoveu uma ação simbólica de sensibilização ambiental através da plantação de árvores junto às instalações da empresa.

Esta iniciativa refletiu o compromisso do Grupo com a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade, envolvendo colaboradores numa atividade que reforçou a ligação à natureza e a importância da responsabilidade ambiental.

Dia Mundial da Árvore



Campanha "Vamos Salvar Vidas"



A iniciativa "Vamos Salvar Vidas", realizada no dia 21 de maio de 2024, contou com a parceria do Instituto Português do Sangue e foi dirigida a todos os colaboradores do Grupo FHC.

O evento teve lugar nas instalações dos Laboratórios Basi, em Mortágua, proporcionando não apenas a oportunidade de doação de sangue, mas também a possibilidade de inscrição como dador de medula óssea, reforçando o compromisso do Grupo com a responsabilidade social e a promoção da saúde.

A iniciativa contou com cerca de 70 inscrições. A parceria com o IPST (Instituto Português do Sangue e da Transplantação) veio para ficar e vamos procurar reforçar já em 2025.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Gestão Ambiental

A estratégia de gestão do Grupo FHC assenta num dos seus pilares fundamentais: a sustentabilidade ambiental.

Focado na oferta de produtos inovadores e de elevada qualidade, o Grupo dá prioridade a processos que garantam uma gestão eficiente dos recursos, com especial atenção à energia, à água e aos resíduos, enquanto aspetos ambientais de maior relevância na sua atividade. Paralelamente, mantém um compromisso contínuo com a valorização do capital humano.

2024

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, em 2023 foi consolidar um conjunto de práticas que permitiram atingir objetivos relevantes para o futuro do Grupo FHC.

Como anunciado em 2023, os Laboratórios Basi concluíram com sucesso a normas ISO50001 - Gestão de Energia e validaram o cálculo das suas de auditoria por organismo externo certificador, tendo por base a ISO14064.

A FHC e Empifarma, no ano anterior, concluíram a certificação na norma ISO14001 - Gestão Ambiental.



132.792 m³ possível
Água consumida estratégicos



certificação nas
807 ton emissões através
Resíduos reciclados



internacional
3.465 TEP
Energia consumida

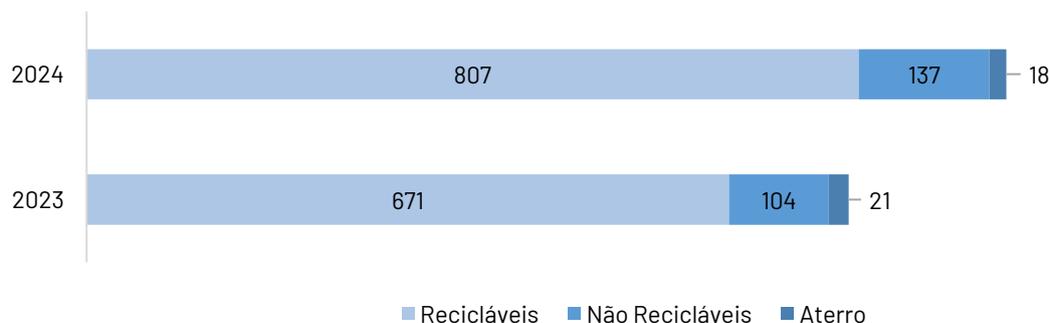
Economia Circular e Gestão de Resíduos

Em 2024, o total de resíduos resultantes da atividade produtiva aumentou 21%, atingindo as 962 toneladas – mais 165 toneladas do que o valor registado em 2023.

Tendo em conta o reforço da capacidade produtiva do Grupo, destaca-se um aumento na ordem dos 19,5% nos Laboratórios Basi. Contudo, o crescimento global dos resíduos revela-se pouco significativo, refletindo uma melhoria na eficiência dos processos internos.

Em 2024, os resíduos recicláveis representaram 83,8% do total de resíduos gerados. Apenas 137 toneladas corresponderam a resíduos não recicláveis, o que traduz um aumento de 31,7% face ao volume de resíduos não recicláveis registado em 2023.

Resíduos Gerados Grupo FHC | Ton



Gestão de Energia

Em 2024, o consumo energético do Grupo FHC totalizou 3.465 TEP (toneladas equivalentes de petróleo), o que representa uma diminuição de cerca de 0,6% face ao valor registado em 2023. Apesar do crescimento da produção nos Laboratórios Basi, onde se encontram localizadas as Unidades Industriais do Grupo, há um decréscimo face à aquisição de painéis solares em todas as unidades de negócio.

A energia elétrica constitui a principal fonte de consumo, representando aproximadamente 68% do total de energia utilizada pelo Grupo. Já o gás natural, com um peso de 29%, é exclusivamente consumido nas Unidades de Produção dos Laboratórios Basi.

No mesmo período, verificou-se um aumento das emissões globais de CO₂ equivalente (toneladas) nas Unidades de Produção dos Laboratórios Basi, consequência do acréscimo no consumo energético. No entanto, importa salientar que, apesar deste aumento absoluto, o consumo de energia por unidade de produção registou uma redução, conforme referido anteriormente.

Em 2024, o Grupo FHC concluiu a implementação de um projeto estratégico de transição energética com a instalação de 5 UPACs – Unidades de Produção (de Energia Fotovoltaica) para Autoconsumo nas suas principais unidades operacionais. Esta medida enquadra-se no compromisso do Grupo com a sustentabilidade ambiental e a redução da sua pegada carbónica, tendo já demonstrado resultados significativos ao longo do primeiro ano de operação.

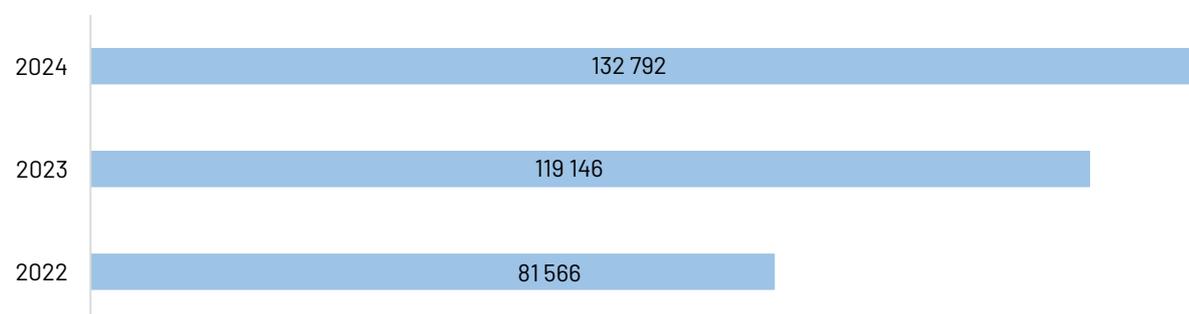
Comparativamente a 2023, em que a totalidade do consumo energético foi assegurada através da rede elétrica (11.802.219 kWh), em 2024 verificou-se uma redução substancial do consumo de energia adquirida à rede para 9.824.135 kWh. A diminuição na ordem dos 16,8% deveu-se à produção própria de energia fotovoltaica, que atingiu os 2.188.314 kWh. Ao mesmo tempo que procuramos melhorar os níveis de eficiência na gestão dos recursos disponíveis, esta mudança representa um avanço concreto rumo à independência energética e à neutralidade carbónica.

Com os projetos atualmente em desenvolvimento no domínio da eficiência energética e da transição para fontes de energia renováveis, é expectável que estes indicadores venham a registar, no futuro, uma evolução mais favorável, em linha com os objetivos estratégicos definidos pelo Grupo

Consumo de Água

Em 2024, o Grupo FHC registou um consumo total de água de 132.792 m³, o que representa um aumento de 11,4% face a 2023. Este acréscimo deve-se exclusivamente ao crescimento da produção, sendo suportado tanto por captações próprias como pela rede pública. Importa referir que os Laboratórios Basi são responsáveis pela quase totalidade deste consumo, dado serem a única empresa do Grupo a utilizar água nos seus processos produtivos e em todas as etapas a eles associadas

Consumo de água m³ | Grupo FHC



INOVAÇÃO

Investigação e Desenvolvimento

A inovação é um pilar estratégico fundamental para a atividade do Grupo FHC, sendo que a área de Investigação e Desenvolvimento (I&D) é assumida como prioridade pelos Laboratórios Basi e Basinnov. Estas unidades dedicam-se à investigação e ao desenvolvimento de produtos e formas farmacêuticas inovadoras, contribuindo para avanços significativos no setor da saúde.

O foco na Inovação e I&D prende-se com a importância de garantir serviços e produtos com qualidade, que sejam seguros, eficazes e, ao mesmo tempo, competitivos, inovadores e uma referência na indústria farmacêutica.

Com o objetivo de garantir técnicas científicas *up-to-date*, para que os Clientes usufruam dos mais recentes desenvolvimentos, o Grupo FHC aposta na colaboração e parceria com outras empresas de I&D, centros de I&D e Universidades de renome internacional.

Iniciativas e Projetos

A colaboração com instituições universitárias tem-se intensificado em várias áreas científicas, através da participação em projetos de mestrado, doutoramento em contexto empresarial e iniciativas de investigação científica.

O ano de 2024 foi marcado pela organização de 3 eventos de disseminação científica:



Este evento visou endogeneizar o conhecimento desenvolvido externamente de forma a alavancar a capacidade de inovação. Nesse sentido, e para conhecer a investigação praticada em dois centros de investigação de renome (GIMM, em Portugal, e Universidade de Cambridge, em Inglaterra), o evento contou com a participação de três investigadores convidados a partilhar os seus projetos de investigação com os colaboradores do Grupo FHC.

Neste evento, os parceiros da Basinnov Life Science tiveram a oportunidade de expor o seu trabalho e demonstrar o valor no ecossistema nacional. Num dia cujo foco foi a inovação e a partilha em saúde, este evento contribuiu para estreitar as relações entre o Grupo FHC, a Basinnov e todos os parceiros que reuniram ao longo dos últimos três anos.



No formato *Basinnov Learning Sessions*, realizado em outubro de 2024, as duas atuais colaboradoras dos Laboratórios Basi apresentaram e discutiram, com todos os colaboradores do grupo FHC, o trabalho científico relacionado com o desenvolvimento de produtos genéricos e bioequivalentes sistematizado nas respetivas teses de mestrado.

O ano de 2024 ficou ainda marcado pela primeira edição do Basinnov Innovation Award e pela criação do Regulamento Interno da Propriedade Intelectual:

Este prémio pretendeu distinguir um projeto de investigação inovador com potencial de aplicação na indústria farmacêutica, nas áreas de imunologia e imunoterapia. Consistiu num valor monetário de 20.000,00 €, financiado pela Basinnov Life Sciences, e serviços de mentoria, oferecidos pelo EIT Health InnoStars.



Regulamento interno de Propriedade Intelectual

Criado com o objetivo de definir um conjunto de regras, direitos e obrigações das sociedades integrantes do Grupo FHC aplicáveis à valorização do conhecimento e aos direitos de propriedade intelectual incidentes sobre os resultados emergentes das atividades de I&D nas empresas do Grupo FHC.

Em 2024, o portfolio Basinnov contava com 17 projetos de inovação, sendo que destes, 13 encontram-se em execução e 4 em estado finalizado. Importa destacar que, dos 5 projetos que deram entrada no portfolio no decorrer do ano 2024, 4 são de conceptualização/desenvolvimento interno. Dos 2 projetos finalizados neste ano, é de realçar a conclusão de um projeto de doutoramento em ambiente empresarial.

O ano de 2024 contou com publicação de 2 artigos científicos; com a participação em 3 congressos (nacionais e internacionais) resultante dos projetos desenvolvidos; e com a submissão do primeiro pedido de patente com a titularidade da Basinnov Life Sciences partilhada com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

A equipa Basinnov marcou ainda presença em 17 eventos externos ao longo do ano 2024.

PROJECT	PARTNER	TECHNOLOGY	THERAPEUTIC AREA	ROUTE	DISCOVERY	PRECLINICAL	CLINICAL
PIN002	FFUC	Ready to use (Cyclodextrin)	Several	Parenteral (injection)			
PIN004	FFUC	Fixed dose combination	Pain	Topical			
PIN005	FFUC	Fixed dose combination	Pain	Parenteral (injection)			
PIN006	FFUC	Analytical quality by Design	-	-			
PIN007	Targtex	Hydrogel loaded with small molecule	Cancer (Glioblastoma)	Local			STARTING
PIN009	GeneT	Gene Therapy	Skin diseases	-			
PIN011	iMM	Cancer Vaccine	Cancer	Parenteral (injection)			
PIN012	University of Cambridge	Pro-Drug Conjugate	Pancreatic Cancer	Parenteral (injection)			
PIN013	-	Dual molecule	Skin diseases	Topical			
PIN014	FFUC	Fixed dose combination	Pain	Topical			
PIN015	FFUC	PAT	-	-			
PIN016	-	Fixed dose combination	Pain	Urethral			

CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICA DE COMPLIANCE

As empresas do Grupo FHC estabelecem altos padrões para realizar os seus negócios de forma ética e em conformidade com a lei. Esperamos o mesmo compromisso por parte dos nossos colaboradores e parceiros de negócios. Estas Normas de Conduta representam os princípios básicos que tomamos em consideração na condução das nossas atividades e na seleção de parceiros de negócios.

Exigimos aos nossos colaboradores e incentivamos os nossos parceiros a cumprir estritamente os princípios éticos e as práticas de negócio relativas ao trabalho e aos sistemas de gestão.

Exigimos aos nossos colaboradores e incentivamos os nossos parceiros a integrar nas suas regras de conduta os princípios e valores que defendemos, a operar em total conformidade com todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis e a integrar nas suas práticas avaliações de risco periódicas e medidas de melhoria contínua.

Práticas Empresariais Éticas

As regras relativas as Práticas Empresariais Éticas constituem Norma de Conduta obrigatória para todos os colaboradores das empresas do Grupo FHC.

É da responsabilidade de cada parceiro de negócios determinar como cumprir e demonstrar conformidade com os princípios e valores da presente Política de Compliance.

Quando especificado em contratos, estas normas são vinculativas entre as partes e as empresas do Grupo FHC deverão manter os direitos de auditoria e inspeção para verificar o seu cumprimento e conformidade.

Artigo 1 - Práticas Proibidas

As seguintes práticas são estritamente proibidas, a qualquer momento e sob qualquer forma, relativamente a:

- um funcionário público a nível local, nacional ou internacional,
- um partido político, um funcionário do partido ou um candidato a um cargo político, e
- um diretor, responsável ou colaborador de uma Empresa,

direta ou indiretamente, inclusive por meio de Terceiros:

- a) Suborno, isto é, a doação, promessa, oferta, autorização ou aceitação de qualquer vantagem pecuniária indevida ou outra a, por ou para qualquer uma das pessoas acima listadas ou por qualquer outra pessoa com o intuito de obter ou manter um negócio ou outra vantagem indevida, por ex., relacionada com adjudicações de contratos de fornecimentos públicos ou privados, autorizações regulamentares, impostos, alfândega, procedimentos judiciais e legislativos. O suborno muitas vezes inclui (i) devolver uma parte do pagamento de um contrato aos funcionários públicos ou do partido ou a colaboradores da outra parte contratante, seus familiares próximos, amigos ou Parceiros Comerciais ou (ii) utilizando intermediários como agentes, subcontratados, consultores ou outros Terceiros, para canalizar pagamentos para funcionários públicos ou dos partidos, ou para colaboradores da outra parte contratante, seus familiares, amigos ou Parceiros Comerciais.
- b) Extorsão ou Solicitação, isto é, a exigência de um suborno, aliada ou não a uma ameaça se o pedido for recusado. As empresas, colaboradores e parceiros do Grupo FHC deverão opor-se a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e os seus colaboradores são encorajados a comunicar essas tentativas através dos mecanismos de notificação formais ou informais disponíveis.
- c) Tráfico de influências, isto é, a oferta ou solicitação de uma vantagem indevida com o intuito de exercer uma influência inadequada, real ou suposta com o objetivo de obter de um funcionário público uma vantagem indevida para o instigador original do ato ou para qualquer outra pessoa.
- d) Branqueamento das práticas ilícitas mencionadas acima, isto é, ocultar ou disfarçar a origem ilícita, a fonte, a localização, a disposição, o movimento ou a posse da propriedade, sabendo que tal propriedade deriva de um crime.

Artigo 2 – Terceiros e Partes Relacionadas

Terceiros sujeitos ao controlo ou que determinem ou influenciem, de forma direta ou indireta, a atividade de empresas do Grupo FHC, incluindo mas não limitado a agentes, *business development consultants*, representantes comerciais, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratados, franchisados, advogados, contabilistas ou intermediários semelhantes, atuando em nome da empresa no contexto de marketing ou vendas, negociação de contratos, obtenção de licenças, vistos ou outras autorizações, ou quaisquer ações que beneficiem a empresa ou como subcontratados na cadeira de fornecimento são instruídos e contratualmente vinculados a não se envolverem nem tolerarem qualquer ato de corrupção. A empresa não os deve utilizar como veículo para qualquer prática de corrupção. A sua contratação e o recurso aos seus serviços, deve efetuar-se em conformidade e de forma adequada para a regular condução dos negócios da empresa e a sua remuneração não deve ser superior à remuneração adequada pelos seus serviços legítimos.

Artigo 3 – Parceiros Comerciais

Os Parceiros Comerciais incluem (i) Terceiros e (ii) parceiros de empreendimentos e consórcios bem como contratantes e fornecedores.

O Grupo FHC exige que todas as atividades levadas a cabo pelos nossos parceiros comerciais em nome ou representação de qualquer empresa do Grupo estejam em conformidade com as nossas políticas.

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC, ou remissão expressa para as mesmas, deverão constar dos vínculos contratuais estabelecidos, exigindo o firme compromisso em como o parceiro não se irá envolver em nenhuma prática ilícita ou violadora dos princípios éticos exigíveis, permitindo ao Grupo FHC executar as medidas de monitorização e fiscalização que considere necessárias para verificar a conformidade com estas Regras, podendo, nomeadamente solicitar uma auditoria aos livros e aos registos contabilísticos do Terceiro por um auditor independente.

O Grupo FHC exige que qualquer empreendimento ou consórcio do qual alguma das suas empresas faça parte implemente as medidas necessárias para garantir que os seus parceiros de empreendimento ou consórcio aceitem uma política consistente com as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

O Grupo FHC tomará as medidas ao seu alcance, e legalmente possíveis, para garantir que os contratantes e os fornecedores cumprem as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance nas negociações em que participam e proibirão ou farão cessar quaisquer negociações com terceiros que se saiba ou que se suspeite razoavelmente que não cumprem os princípios éticos exigíveis na condução dos seus negócios.

As empresas do Grupo FHC deverão incluir nos seus contratos com Parceiros Comerciais uma disposição que lhes permita suspender ou cessar a relação unilateralmente, caso haja receio, de boa-fé, que um Parceiro Comercial tenha violado a lei, os princípios éticos exigíveis ou as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

As empresas do Grupo FHC devem conduzir e condicionar relações comerciais futuras a uma avaliação de risco sobre a exposição, reputação e a capacidade dos seus Parceiros Comerciais para cumprirem com os princípios éticos exigíveis e as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance.

Artigo 4 – Contribuições Políticas e Filantrópicas e Patrocínios

É contra a política do Grupo FHC fazer contribuições para partidos políticos, funcionários de partidos e candidatos.

O Grupo FHC segue critérios de elegibilidade rigorosos para garantir que as contribuições filantrópicas e os patrocínios são legítimos e visam promover efetivamente as atividades anunciadas. As contribuições filantrópicas e os patrocínios serão sempre transparentes, públicos e de acordo com a lei aplicável.

O Grupo FHC adota os critérios e procedimentos necessários para garantir que não são feitas contribuições filantrópicas e políticas impróprias, nomeadamente revendo e avaliando todas as contribuições para organizações em que possam estar envolvidas pessoas com influência em tomadas de decisão que possam afetar ou condicionar a regular condução dos negócios em que participe.

Artigo 5 - Presentes e Acolhimento

A oferta ou o recebimento de presentes e acolhimento por empresas ou colaboradores do Grupo FHC está sempre sujeita a aprovação prévia da administração, com o intuito de garantir que tais benefícios:

- a) cumprem com a lei nacional e com os instrumentos internacionais aplicáveis;
- b) são limitados a despesas razoáveis e de boa-fé;
- c) não afetam indevidamente ou possam ser vistos como afetando indevidamente a independência do julgamento do recetor relativamente ao dador;
- d) não são contrários às disposições conhecidas do código de conduta do recetor; e
- e) não representam uma vantagem ou benefício inadequada ou superior à comodidade que se pretende oferecer de acordo com as normais circunstâncias de acolhimento.

Artigo 6 - Pagamentos Facilitadores

Os pagamentos facilitadores são pequenos pagamentos informais, impróprios feitos a um funcionário para garantir ou agilizar a realização de uma ação de rotina ou necessária à qual o pagador do pagamento facilitador tem legalmente direito.

Os pagamentos facilitadores estão proibidos ao abrigo das presentes Normas de Conduta e Política de Compliance, exceto quando a saúde, a liberdade, incluindo de circulação ou segurança dos colaboradores do Grupo FHC esteja em risco e não possa ser solucionado de outra forma, nomeadamente mediante a intervenção das autoridades competentes ou de um superior hierárquico do funcionário que demanda o pagamento.

Quando um pagamento facilitador for efetuado ao abrigo de tais circunstâncias, este deverá ser prontamente reportado e fielmente registado nos livros e nos registos contabilísticos das empresas do Grupo FHC.

Artigo 7 - Conflitos de Interesses

O Grupo FHC deverá avaliar e evitar situações de conflitos de interesses, quando os interesses particulares de um indivíduo, seja ele colaborador, parceiro ou terceiro em relação ao Grupo FHC, ou dos seus familiares próximos, amigos ou contactos comerciais sejam divergentes dos interesses do Grupo ou da organização à qual o indivíduo pertence, de forma que possa afetar o julgamento e o desempenho desse indivíduo na condução das suas tarefas e responsabilidades.

O Grupo FHC e os Parceiros Comerciais deverão monitorizar, avaliar e prevenir conflitos de interesses, reais ou potenciais, dos seus diretores, dirigentes, colaboradores e agentes e não devem tirar partido de conflitos de interesses que afetem outros indivíduos.

O Grupo FHC e os seus Parceiros Comerciais não deverão contratar antigos funcionários públicos antes de decorrido um período considerado razoável após estes terem abandonado o seu cargo, se a sua atividade prevista ou emprego se relacionar diretamente com as funções realizadas ou supervisionadas durante a sua permanência, garantindo, sempre e em qualquer caso, o cumprimento da lei e as restrições impostas pela legislação aplicável.

Artigo 8 - Recursos Humanos

O Grupo FHC integra e motiva os seus parceiros comerciais a monitorizar e avaliar de forma regular a exposição dos seus colaboradores em áreas especialmente sujeitas a um elevado risco de práticas contrárias aos princípios éticos exigíveis.

Os Colaboradores deverão receber formação regular e periódica sobre Normas de Conduta e Política de Compliance e ser avaliados regularmente quanto ao cumprimento dos princípios éticos exigíveis.

A rotação de colaboradores particularmente expostos a riscos de conduta deve ser avaliada e considerada aceitável, como medida adequada à prevenção do risco, considerando as circunstâncias concretas.

Práticas Laborais Justas e Seguras

Artigo 9 – Princípios Básicos

O Grupo FHC pratica e exige dos seus parceiros comerciais a estrita e intransigente defesa dos direitos humanos, dignidade e respeito dos trabalhadores.

O Grupo FHC garante e exige aos seus parceiros comerciais que não devem utilizar qualquer forma de trabalho forçado ou involuntário, incluindo trabalho prisional ou trabalho escravo, nem envolver-se ou apoiar qualquer forma de escravidão ou tráfico de pessoas.

Todo o trabalho deve ser voluntário e os trabalhadores devem ser livres para sair ou rescindir o contrato de trabalho a qualquer momento.

Não deve ser imposta nenhuma restrição injustificada à liberdade de movimento dos trabalhadores.

É proibido o recurso a qualquer tipo de trabalho infantil. O emprego de jovens trabalhadores com idade inferior a 18 anos apenas será permitido para trabalho não perigoso e se o indivíduo for maior do que a idade legal para trabalhar ou a idade estabelecida para concluir a escolaridade obrigatória de um país.

Os parceiros comerciais apenas devem utilizar recrutadores (agências) que cumpram as leis do trabalho locais. Os parceiros e recrutadores que atuam em seu nome não devem reter nem impedir que um trabalhador aceda aos seus documentos de identificação ou de imigração, tais como passaportes, permissões de trabalho ou cartas de condução, nem cobrar taxas de recrutamento ou colocação dos trabalhadores, nem exigir que os trabalhadores façam depósitos ou participem em programas de poupanças (salvo se legalmente exigido).

O Grupo FHC não recorre nem permite que os seus parceiros comerciais utilizem práticas de recrutamento enganosas ou fraudulentas. Os trabalhadores devem ser corretamente e atempadamente informados sobre os principais termos e condições do seu emprego, nomeadamente através da celebração de contrato de trabalho na forma escrita, incluindo salários e benefícios, o local e horário de trabalho e as funções a executar, no seu idioma nativo, incluindo todas as informações mínimas exigidas por lei.

O Grupo FHC garante e exige aos seus parceiros comerciais que devem proporcionar um local de trabalho livre de tratamento agressivo e desumano, incluindo qualquer assédio sexual, abuso sexual, castigos físicos, coerção física ou mental ou abusos verbais dos trabalhadores.

Não será tolerada discriminação por quaisquer motivos tais como raça, cor, sexo, idade, religião, nacionalidade, ascendência, etnia, deficiência, orientação sexual, identidade de género, expressão de género, informação genética, condição de cidadania, estado civil, estado ou condição militar ou qualquer outra característica protegida pela lei aplicável.

O Grupo FHC adota e incentiva os seus parceiros comerciais a adotar Códigos de Prevenção do Assédio no Trabalho.

Artigo 10 – Remuneração do Trabalho

O Grupo FHC garante e exige aos seus Parceiros comerciais a remuneração dos trabalhadores de acordo com as leis salariais aplicáveis, incluindo salários mínimos, horas extraordinárias e benefícios obrigatórios. Todos os trabalhadores devem ser informados, de forma clara e atempada sobre o critério como é remunerado, o horário de trabalho, se poderão ser exigidas horas extraordinárias e os salários a pagar por essas horas extraordinárias.

Artigo 11 – Direito de Associação

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem respeitar os direitos dos trabalhadores previstos na legislação aplicável, incluindo os direitos de se associarem livremente, filiar-se ou não a sindicatos, obter representação e integrar conselhos de trabalhadores e devem garantir que os trabalhadores devem conseguir comunicar de forma aberta com a direção em relação às condições de trabalho, sem ameaças de represálias, intimidação ou assédio.

Artigo 12 – Proteção de Dados Pessoais

O Grupo FHC respeita a privacidade e a proteção de dados individuais dos seus colaboradores e toma as medidas necessárias e adequadas para garantir que as informações sobre pessoas são utilizadas, tratadas e armazenadas de forma adequada, exclusivamente para as finalidades necessárias previamente comunicadas e autorizadas, prevenindo contra uma utilização indevida suscetível de causar danos aos indivíduos, tais como discriminação, estigmatização ou outros danos na reputação e dignidade pessoal, impacto na integridade física, fraude, perdas financeiras ou roubo de identidade.

Artigo 13 – Segurança e Prevenção de Riscos

O Grupo FHC executa em permanência intervenções de manutenção preventiva e corretiva que garantem locais de trabalho seguros e modernos, com inequívocas condições de saúde e bem-estar para todos, independentemente da sua condição social, etnia, gênero, idade, religião, orientação sexual, estado civil, orientação política, deficiência ou incapacidade.

Considerando que a manutenção de um padrão elevado e exigente de segurança laboral é uma responsabilidade coletiva, promovemos frequentemente avaliações de risco a todos os postos de trabalho, auscultamos todos colaboradores várias vezes ao ano e asseguramos uma verificação minuciosa dos padrões de segurança a todos os nossos parceiros externos cujos trabalhos se desenvolvam nas nossas instalações.

A promoção da segurança, saúde e bem-estar dos nossos colaboradores e parceiros é a nossa prioridade.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem proteger os trabalhadores da exposição a riscos químicos, biológicos e físicos e a tarefas fisicamente exigentes no local de trabalho e em qualquer circunstância em que se encontrem ao serviço da empresa.

Devem ser implementados os programas e medidas necessárias para prevenir ou mitigar riscos laborais e incidentes associados a operações e processos, bem como planos de emergência e procedimentos de resposta de acordo com avaliações de risco adequadas e regulares.

As informações de segurança relacionadas com materiais perigosos, incluindo compostos farmacêuticos e materiais farmacêuticos intermediários, devem estar disponíveis para educar, formar e proteger os trabalhadores contra perigos.

Artigo 14 – Prevenção e garantias

O Grupo FHC integra e motiva os seus parceiros comerciais a integrar procedimentos internos de forma a garantir que:

- a) as práticas de recursos humanos, incluindo recrutamento, promoção, formação, avaliação de desempenho, remuneração, reconhecimento e ética comercial em geral são coerentes e refletem estas Normas de Conduta e Política de Compliance;
- b) nenhum colaborador irá sofrer retaliação ou ação disciplinar ou discriminatória por comunicar, em boa-fé, violações ou suspeitas sérias de violações destas Normas de Conduta ou da legislação aplicável ou por se recusar a envolver em práticas ilícitas;
- c) os trabalhadores expostos ou colocados em áreas especialmente sujeitas a um elevado risco de práticas contrárias aos princípios éticos exigíveis recebem formação adequada e regular para prevenir e evitar qualquer prática violadora destas Normas de Conduta e Política de Compliance.

Artigo 15 – Sustentabilidade Ambiental e Social

O Grupo FHC encara os desafios ambientais e sociais com seriedade e encontra-se empenhado na promoção interna de procedimentos que visem alcançar uma redução significativa dos impactos resultantes da sua atividade.

Acreditamos que o equilíbrio entre a gestão empresarial, o meio ambiente e a componente social é a resposta para alcançar a sustentabilidade na sua plenitude.

Na resposta aos desafios supramencionados, o Grupo FHC tem em curso ou em vias de se iniciar um conjunto de iniciativas/projetos que permitam:

- Privilegiar a reutilização de materiais;
- Fomentar as bases de economia circular, encaminhando a maior quantidade possível de resíduos para processos de reciclagem;
- Reduzir significativamente a dependência dos combustíveis fósseis;
- Promover a eliminação de todas as tarefas com potencial elevado de criação de desperdício;
- Promover a reutilização de água para fins não dedicados ao consumo humano;
- Utilização eficiente da energia. “Gastar bem a energia” tem por base a eliminação e todos os desperdícios, a qual só será possível com um acompanhamento de proximidade no dia-a-dia;
- Privilegiar a seleção de materiais com material reciclado incorporado;
- Manter e alargar os níveis de certificação internacional;

- Integrar organizações empresarialmente responsáveis;
- Apoiar organizações sem fins lucrativos de inegável interesse público;
- Promover regularmente atividades de cariz cívico e de proteção ambiental, que permitam reforçar na nossa comunidade a importância para a preservação do nosso território.

Os desafios ambientais são globais e desta forma, privilegiamos os fornecedores com as melhores práticas ambientais e que detenham certificações internacionais de proteção do meio ambiente.

De igual forma, o Grupo FHC utilizará a sua capacidade de influência no sentido de encorajar todos os seus parceiros a adotarem uma postura social proativa e na medida das possibilidades de cada um.

Colocamos em todos os nossos parceiros a exigência que promovemos a nós próprios, acreditando desta forma que é na base do exemplo e da ação que alcançaremos a verdadeira sustentabilidade.

Sistemas de Gestão Rigorosos e Transparentes

Artigo 16 – Registo e tratamento de informação

O Grupo FHC adotou e mantém políticas internas e procedimentos de boas práticas com o intuito de garantir que a sua administração tem um controlo adequado das relações com os Terceiros e em especial mantém um registo dos nomes, termos do envolvimento e pagamentos aos Terceiros efetuados pelas empresas do Grupo FHC, relacionados com as transações com organismos públicos e Empresas estatais ou privadas. Este registo está disponível para inspeção por auditores e por autoridades governamentais devidamente autorizadas ao abrigo de condições de confidencialidade.

O Grupo FHC e os seus parceiros comerciais devem implementar procedimentos internos para garantir que:

- a) todas as transações financeiras são adequadamente identificadas e correta e razoavelmente registadas nos livros apropriados e os registos contabilísticos estão disponíveis para inspeção pela sua Administração ou outro organismo com responsabilidade final pela Empresa, assim como por auditores;
- b) não existem contas à margem da lei ou secretas e não devem ser emitidos documentos que não registem de forma correta e precisa as transações com as quais se relacionam;
- c) não existe registo de despesas não existentes ou de responsabilidades com identificação incorreta dos seus objetos ou de transações não habituais que não tenham um objetivo legítimo;
- d) pagamentos em dinheiro ou pagamentos em espécie são monitorizados para evitar que sejam utilizados como substitutos para práticas ilícitas, devendo autorizar apenas pequenos pagamentos em dinheiro de caixa ou em países ou localizações em que não exista nenhum sistema bancário em funcionamento;
- e) nenhuns documentos de contabilidade ou outros relevantes devem ser intencionalmente destruídos antes do tempo previsto por lei;
- f) estão em vigor sistemas independentes de auditoria, quer através de auditorias internas quer externas, desenvolvidos para relevar quaisquer transações que violem estas Regras ou regras contabilísticas aplicáveis e que preveem uma ação corretiva adequada se o caso surgir;
- g) são cumpridas todas as disposições da legislação e regulamentos fiscais aplicáveis, incluindo aqueles que proíbem a dedução de qualquer forma de pagamentos ilícitos ou não documentados do lucro tributável.

Artigo 17 – Avaliação e monitorização de conformidade de sistemas e registos

O Grupo FHC e os seus parceiros comerciais devem aplicar os princípios descritos no presente documento ao selecionar os seus próprios parceiros e fornecedores, implementando os sistemas adequados para monitorizar a conformidade dos seus fornecedores e subcontratados.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem ter um programa de formação que forneça à direção e aos trabalhadores o conhecimento e as competências necessárias para cumprir as expectativas estabelecidas no presente documento.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais devem implementar medidas de melhoria contínua, definindo objetivos de desempenho, executando planos de implementação e tomando as ações corretivas necessárias para resolver as deficiências identificadas em avaliações internas e/ou externas, bem como em inspeções ou avaliações determinadas pela administração.

Artigo 18 – Medidas de implementação, supervisão e controlo

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC baseiam-se nos resultados de uma avaliação e identificação de riscos e na adoção e integração das melhores práticas do setor, com o objetivo de prevenir e detetar práticas ilícitas e de promover uma cultura de integridade na empresa e com os seus parceiros comerciais.

As Normas de Conduta e Política de Compliance do Grupo FHC são de carácter obrigatório para todos os sócios, administradores, diretores, dirigentes, colaboradores, parceiros comerciais e terceiros e aplica-se a todas as suas subsidiárias controladas, nacionais e estrangeiras.

O Grupo FHC nomeia periodicamente um ou mais responsáveis devidamente qualificados, que respondem diretamente à Administração, para supervisionar e coordenar as presentes Normas de Conduta e Política de Compliance, para realizar avaliações de risco periódicas e revisões independentes da conformidade e para recomendar e implementar medidas corretivas, se necessário, garantindo-lhes autoridade e independência e um nível de recursos adequados para execução da sua missão.

O grupo FHC e os parceiros comerciais deverão garantir a eficaz divulgação e comunicação interna e externa das suas Normas de Conduta e Política de Compliance, bem como o carácter obrigatório do seu cumprimento por todos os colaboradores, parceiros comerciais e terceiros.

As competências de ética empresarial devem ser consideradas como objetivos mensuráveis e devem ser criados indicadores que permitam medir o cumprimento das metas estabelecidas.

Artigo 19 – Denúncias

O Grupo FHC adota, divulga e mantém um canal adequado para reportar, com total confidencialidade, quaisquer violações ou suspeitas sérias de violações das Normas de Conduta e Política de Compliance através de endereço compliance.fhc@fhc.pt

Para os colaboradores e parceiros comerciais o dever de comunicar é obrigatório garantindo-se o tratamento da denúncia sem receio de retaliação ou de ação discriminatória ou disciplinar.

A comunicação poderá ser feita de forma identificada ou anónima e todas as denúncias devem ser investigadas.

O Grupo FHC e os parceiros comerciais deverão tomar as medidas necessárias e adequadas para o tratamento das situações comunicadas ou detetadas adotando as ações corretivas e as medidas disciplinares que se revelem necessárias para prevenir os riscos e garantir o cumprimento das Normas de Conduta e Política de Compliance.



RELATÓRIO DE GESTÃO

03



OVER|Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2024 e 2023, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02

DESTAQUES

valores em euros	2024	Marg.	2023	Marg.	Var. %
Volume de negócios	19 885 398		16 198 001		22,8%
Subsídios à exploração	7 286		579		1158,1%
Rendimentos Operacionais	19 892 684		16 198 580		22,8%
EBITDA	3 609 866	18,15%	680 737	4,20%	430,3%
EBIT	3 570 169	17,95%	642 151	3,96%	456,0%
Resultados financeiros	(70 901)	-0,36%	(22 212)	-0,14%	-219,2%
Resultados antes de impostos	3 499 268	17,60%	619 938	3,83%	464,5%
Resultado líquido do período	2 636 292	13,26%	433 063	2,67%	508,8%
N.º Colaboradores	7		36		-29



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed – Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lhe entrar em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos, mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto de a empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supracitado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está a ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e conseqüentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter, sempre que possível, prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão das vendas – Chefes de Produto (CP)-, reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em:

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.

- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo espectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfólio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Em 2018 os resultados de vendas e margem bruta foram bastante penalizados pelo segmento de produtos farmacêuticos, o qual apresentou vendas inferiores, margens mais baixas e perda de quota de mercado. Entre outras, as razões estão maioritariamente associadas à quebra de preços de venda de mercado, do qual a empresa entendeu dever demarcar-se com a consequente perda de faturação.

A cativação de despesa por parte dos hospitais, levou a que os processos de vendas em concursos existentes, tivessem uma execução bastante tardia e com uma eficácia de aquisição bastante baixa. Esta situação, foi responsável pela perda de faturação de cerca de 3 milhões de euros e consequente perda de margem operacional que se refletiu inevitavelmente nos resultados anuais.

As restantes áreas de negócio responderam em linha com o que estava previsto, não se verificando, no entanto, a previsão estimada para a entrada e arranque de novos segmentos, uma vez que as vendas estimadas em plano para novos segmentos não foram totalmente cumpridas, o impacto compensador esperado sobre as perdas do grupo anterior também não se verificou.

Em 2019 as expectativas de obtenção de melhores resultados de vendas, e de melhoria dos resultados líquidos que se pretendiam atingir, aconselhavam de todo, operar uma alteração significativa nas políticas de gestão das equipas comerciais, bem como no seu suporte comercial interno de forma a que, a empresa se posicionasse face aos clientes, bem como na gestão do seu novo ou reajustado portfólio de produtos.

Estava definido um claro objetivo de crescimento global das vendas superior a 1 milhão de euros, o qual foi atingido, obtendo-se um crescimento de cerca de 11,6% relativamente ao ano anterior. Este crescimento suportado pela política de custos existente na empresa, permitiu encerrar o ano com um crescimento superior a 40% no que diz respeito a resultados operacionais.

Relativamente a Resultado Líquido, havia sido definido o objetivo do seu crescimento em cerca de 31% o qual deveria passar não só pelo crescimento de vendas, mas também pela melhoria da margem buta em parte significativa do seu portfólio de vendas. Este objetivo foi atingido dado que se obteve um crescimento de cerca de 59% comparativamente com o ano anterior.

Esta reestruturação que passou por uma melhoria qualitativa dos colaboradores que dão suporte ao departamento comercial, bem como uma maior objetividade do setor comercial, cria fundades expectativas de que o ano de 2020 manteria a mesma tendencia de melhoria de resultados.

Em 2020 tinha-se como dado adquirido que as reformas que levaram aos bons resultados obtidos no ano anterior, seriam para continuar e aprofundar, e ao mesmo tempo, ser um pouco mais ousado e encetar alguns ajustes e reformas em alguns

segmentos de negócio que sabíamos seriam mais rentáveis, mais sustentáveis, e de maior crescimento de vendas e margens no futuro.

Assim não aconteceu, tratou-se de um ano em que toda a gestão de processos fruto das circunstâncias pandémicas não puderam ser aplicados, foram adiados sucessivamente, e praticamente nada foi implementado em termos de reformas.

O teletrabalho, a impossibilidade dos comerciais se moverem e entrarem nos clientes, a limitação na introdução de novos produtos, levaram a que pouco mais do que gestão corrente se fizesse.

Apesar de tudo e todas as contrariedades, as vendas subiram 47.7 % em relação ao ano anterior, e os resultados líquidos melhoraram muito significativamente.

Em 2021, e muito na linha do que já tínhamos vivido em 2020, este ano foi também de avanços e recuos em muitas das ações que pretendíamos implementar no ano anterior. As cirurgias continuaram largamente bloqueadas, e assim sendo, os avanços dos novos produtos foram muito tímidos. Em contrapartida, o tempo que dedicámos na procura de novos produtos, e inovadores, foi bastante bem sucedido. Pensamos ter conseguido 2, ou eventualmente 3 produtos que poderão mudar o paradigma da empresa a partir de 2023.

Por motivos óbvios, e até porque as negociações não estão de todo concluídas, estes projetos não podem ser claramente divulgados, mas estão relacionados com avanços e inovação de processos cirurgicos, e com testes de avaliação da área da intolerância alimentar.

Em termos internos, destaca-se o facto de que, a Administração do Grupo a que a Overpharma pertence, ter dado início a um projeto de integração das empresas que constituem o seu universo empresarial, no sentido de formar um grupo economicamente mais forte e de serviço total. Ou seja, com capacidade de fabrico, de logística própria, de distribuição, de investigação e prestação de serviços regulamentares internos e a terceiros.

O ano 2022 foi um ano de mudança na Overpharma, com impacto nos resultados operacionais da empresa. Além da alteração da Direção Geral, que se mantinha a mesma desde a sua fundação, também o sistema informático sofreu uma profunda alteração e atualização no sentido de o dotar de novas funcionalidades e assim corresponder aos requisitos legalmente impostos, melhorando também a imagem da documentação produzida diariamente.

No ano 2024 iniciou-se o processo de reestruturação societária e do negócio. Resultante da venda de uma parte significativa da carteira de negócio da Overpharma e a integração no perímetro do Grupo FHC.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

Valores

Rigor na gestão

Transparência

Satisfação do cliente

Ética

Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04

O MERCADO E O SETOR

Enquadramento Macroeconómico: Portugal e no Mundo

O mundo está em constante mudança em diversas atividades e a atravessar desafios diários.

Em 2024, assistiu-se a um crescimento económico mundial moderado, embora os progressivos acontecimentos mundiais apontem para fragilidades das perspetivas futuras.

O crescimento mundial registou um ligeiro aumento no terceiro trimestre de 2024, uma vez que o ritmo da atividade da China acelerou e o crescimento do PIB real nos Estados Unidos foi mais forte do que o esperado. Contudo, os principais temas económicos da atualidade sugerem que o dinamismo do crescimento mundial continuará frágil.

Mundialmente tem se presenciado a tensões geopolíticas no Médio Oriente, a guerra na Ucrânia, a persistente fraqueza do mercado imobiliário chinês e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América, o que poderá ter consequências para as economias de todo o mundo uma vez que trará o aumento de políticas protecionistas no sentido de aumento das tarifas aos países que exportam para os EUA. Entre os mais afetados por esta decisões está a China e a União Europeia, duas das principais economias globais que podem enfrentar desafios significativos.

O Banco de Portugal prevê um crescimento acelerado da economia portuguesa em 2025 e 2026, suportado pelo consumo privado e pelo investimento. Em 2024, projeta-se um abrandamento, devendo-se situar em 1,7%, refletindo a aceleração da procura interna, enquanto as exportações reduziram, o que traduz um abrandamento dos bens e uma redução do turismo de verão. No entanto, no último trimestre do ano 2024, é de notar um dinamismo do consumo privado, a recuperação das exportações, o aumento do rendimento disponível e o comportamento da procura externa. Prevê-se que a inflação continue a manter uma trajetória descendente na projeção, refletindo os impactos das políticas monetárias adotadas pelos bancos centrais.

Economia portuguesa e respetivas projeções (2023-2027)

Projeções Banco de Portugal

	dezembro 2024				
	2023	2024(p)	2025(p)	2026(p)	2027(p)
PIB (tx. var. real %)	2,5%	1,7%	2,2%	2,2%	1,7%
Inflação (%)	5,3%	2,6%	2,1%	2,0%	2,0%
Balança corrente e de capital (% PIB)	1,9%	3,6%	4,0%	3,9%	3,3%
Taxa de Desemprego (%)	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%

É previsível que a economia mundial continue a crescer a um ritmo moderado até 2026, com um aligeira diminuição nas próximas projeções. A redução do crescimento mundial deve-se ao abrandamento do crescimento na China, impulsionado pela demografia desfavorável, e à desaceleração nos Estados Unidos, devido à menor imigração. Quanto ao Reino Unido, pressupõe-se que a redução da restritividade orçamental impulse temporariamente o crescimento do PIB real, pois os futuros aumentos dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas deverão pesar sobre a atividade do setor privado, resultando num menor crescimento em 2027.

Na zona euro, a economia registou um ligeiro aumento em 2024, refletido pelo crescimento modesto da atividade da Alemanha e pelo maior crescimento da economia francesa, impulsionado pelo impacto dos Jogos Olímpicos.

Enquadramento internacional e respetivas projeções (2023-2027)

Projeções Banco de Portugal

		dezembro 2024				
		2023	2024(p)	2025(p)	2026(p)	2027(p)
PIB Mundial	tva	3,2%	3,1%	3,2%	3,1%	3,0%
PIB área euro	tva	0,5%	0,7%	1,1%	1,4%	1,3%
Comércio Mundial	tva	0,5%	3,0%	3,3%	3,3%	3,2%
Procura Externa	tva	-0,4%	1,4%	2,9%	3,3%	3,1%
Preço do Petróleo em euros	vma	77,5	75,5	67,6	66,0	65,2
Preço do gás (MWh)	vma	40,6	34,3	42,9	34,9	29,3
Matérias primas não energéticas em euros	tva	-14,5	8,7	7,8	-0,4	-1,7

Notas: tva - taxa de variação anual (%); vma - valor médio anual

As projeções indicam que a área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da recuperação do poder de compra das famílias, com a previsão da inflação em queda, a robustez do mercado de trabalho, com taxas de desemprego em níveis historicamente baixos e da redução das taxas de juro.

A nível da economia portuguesa é expectável um contexto favorável, com um certo crescimento nos próximos anos, acima da média dos países da união europeia e da zona euro. Contudo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca que o baixo crescimento de produtividade, o envelhecimento da população e o fraco investimento têm limitado o maior crescimento e a uma melhoria significativa nos níveis de vida a médio prazo.

As perspetivas económicas e sociais são condicionadas pela incerteza das tensões geopolíticas, bem como pela situação política nacional e mundial. Para além desta instabilidade, também é de ressaltar o contexto global das alterações climáticas, perda de biodiversidade, a desflorestação, a escassez de recursos, entre outros desafios relacionados com a sustentabilidade. Todos os fatores ambientais, as desigualdades e perturbações de coesão social, a acelerada transformação tecnológica e digital, o aumento populacional previsto, colocam à sociedade atual e ao planeta desafios sem precedentes, que exigem uma intervenção imediata.

Setor Farmacêutico

O setor farmacêutico está a passar por um momento de transformação devido a mudanças nos comportamentos dos consumidores, aos avanços tecnológicos e às inovações em toda a cadeia farmacêutica. Este setor pretende desenvolver uma postura mais competitiva, aproveitando as oportunidades que surgem após a resposta à crise pandémica, a qual não constituiu um obstáculo, mas sim um acelerador do desenvolvimento da indústria farmacêutica em Portugal e no mundo.

Em Portugal, na indústria farmacêutica, é possível observar, nos últimos anos, um aumento progressivo e a ritmos superiores aos da economia, embora ainda sem atingir os níveis europeus. Em 2024, este setor tem atravessado diversos desafios estruturais e operacionais, sendo um ano de contrastes. Por um lado, o setor teve acesso a um volume recorde de financiamentos, ao mesmo tempo em que reforçou a aposta em inovação. No entanto, a performance ficou um pouco aquém do esperado e desafios conjunturais surgem como obstáculo no desenvolvimento.

A sustentabilidade financeira do Sistema Nacional de Saúde, a acessibilidade a tratamentos de alto custo, a inovação no desenvolvimento de terapias personalizadas e a crescente pressão por práticas de sustentabilidade foram os principais pontos chave deste ano. E também a adaptação a novas tecnologias digitais, a crescente necessidade de profissionais especializados e os desafios regulatórios exigiram uma resposta proativa das empresas farmacêuticas, que se viram forçadas a inovar, melhorar a eficiência operacional e a adaptar as suas estratégias para continuarem competitivas, entregando tratamentos eficazes de forma acessível, responsável e segura.

A Comissão Europeia revelou, através de um inquérito, que a China limita o acesso dos produtores de dispositivos médicos da União Europeia aos seus contratos públicos, e, por essa razão, a UE tenciona tomar medidas contra esta discriminação chinesa de produtos médicos nos contratos públicos.

Dados obtidos do IQVIA indicam que o mercado ambulatorio totalizou vendas de 2.390,1 milhões de euros, com a dispensa de 270,6 milhões de embalagens. Estes números representam um aumento de 7.1% em valor e de 3.7% no volume de vendas. O crescimento, em valor e volume, deve-se essencialmente ao segmento dos medicamentos genéricos, mas as marcas protegidas estão a seguir uma tendência oposta.

No futuro, é expectável que até 2040 os cuidados de saúde deixem de existir tal como estão estruturados nos dias de hoje. A relação entre a ciência, saúde e tecnologia será cada vez mais uma simbiose, o que permitirá diagnósticos mais rápidos e um entendimento mais aprofundado da progressão das doenças. Pretende-se desenvolver um sistema que disponha de registo de dados de cada utente, possibilitando um check-up diário ao estado de saúde, e, caso seja detetado algum problema, o utente será imediatamente encaminhado para um assistente virtual.

Para manter sempre o foco no bem-estar dos pacientes, é essencial o setor da saúde se adapte e desenvolva a nível tecnológico, de conectividade de dados e de plataformas interativas, a fim de garantir sucesso no futuro da saúde.

05 ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros

	2024	2023	Var. %
Rendimentos Operacionais	19 892 684	16 198 580	22,8%
Resultado Bruto	3 922 506	4 856 520	-19,2%
EBITDA	3 609 866	680 737	>100%
margem EBITDA	18,15%	4,20%	13,94 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39 697	38 587	2,9%
EBIT	3 570 169	642 151	>100%
margem EBIT	17,95%	3,96%	13,98 pp
Resultados financeiros	(70 901)	(22 212)	>100%
Resultados antes de impostos	3 499 268	619 938	>100%
Resultado líquido do período	2 636 292	433 063	>100%

5.1 VOLUME DE NEGÓCIOS

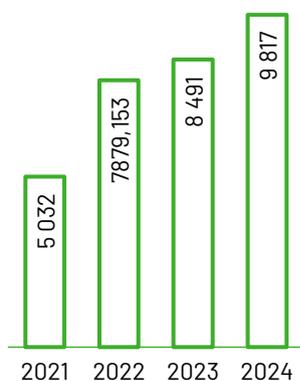
Em 2024, o volume de negócios registou um acréscimo de 22.8% para os 19.885.398 euros, comparativamente aos 16.198.001 euros registados no ano 2023.

Em 2024 ocorreu o processo de reestruturação societária e a operação de venda da carteira de negócio. Este processo surge no seguimento de oportunidade de estratégia de negócio.

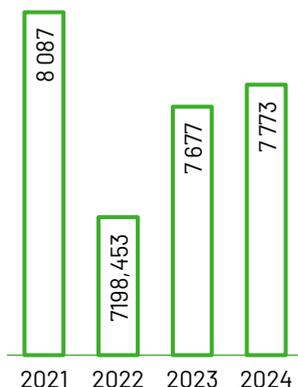
volume de negócios	2024		2023		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Medicamentos	9 816 719	49,4%	8 490 900	52,4%	15,6%
Dispositivos Médicos	7 772 597	39,1%	7 676 576	47,4%	1,3%
Outros	2 296 083	11,5%	30 525	0,2%	>100%
	19 885 398	100,0%	16 198 001	100,0%	22,8%

Em 2024, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 7.772.597 euros, registando um acréscimo de 1.3% relativamente ao ano de 2023. A venda de Medicamentos ascendeu a 9.816.719 euros, registando um crescimento de 15.6% relativamente ao ano 2023. Os Medicamentos representam a maioria do volume de negócios da Overpharma, o crescimento deve-se ao sucesso no lançamento de novos produtos.

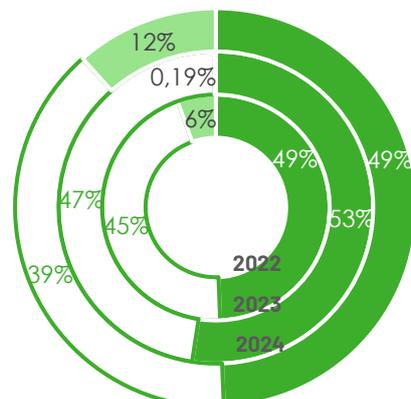
■ Medicamentos



■ Dispositivos Médicos



■ Medicamentos ■ Dispositivos Médicos ■ Outros



5.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram uma diminuição de 19.2%, para 3.922.506 euros relativamente aos 4.856.520 euros, registados no ano de 2023. A margem bruta ascendeu a 19.7%, registando um ajustamento negativo de 10,3 p.p. comparativamente a 2023.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um aumento superior a 100% para 3.609.866 euros evidenciando um ajustamento positivo na margem de 13,9 p.p. relativamente ao ano de 2023.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um aumento superior a 100% para 3.570.169 euros, evidenciando um ajustamento positivo na margem de 14,0 p.p. relativamente ao ano de 2023.

O processo de reestruturação da Overpharma resulta da venda de uma parte significativa da carteira de negócio, que inclui contratos relevantes de distribuição e fornecimento. Esta transação proporcionou uma excelente oportunidade para dar continuidade à reestruturação societária, com a integração da Overpharma no perímetro do Grupo FHC.

Esta integração é um passo fundamental para consolidar a estratégia de crescimento e otimização das operações, desde o reforço das sinergias operacionais até à integração de processos que permitirão maximizar a eficiência e o valor gerado pela empresa.

Os gastos com depreciações ascenderam a 39.697 euros, registando um aumento de 2.9% face ao ano de 2023.

5.3 INVESTIMENTO

O investimento em 2024 ascendeu a 2.330 euros, a que corresponde uma diminuição de 98.9% face a 2023.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 2.105 euros, registando uma diminuição de 99% comparativamente a 2023, justificado essencialmente pela aquisição de equipamento de administrativo.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 225 euros, registando uma diminuição de 79.2% comparativamente a 2023.

valores em euros		2024	2023	Var. %
Investimentos	Ativos fixos tangíveis	2 105	218 378	-99,0%
	Ativos intangíveis	225	1 080	-79,2%
		2 330	219 458	-98,9%



5.4 RECURSOS HUMANOS

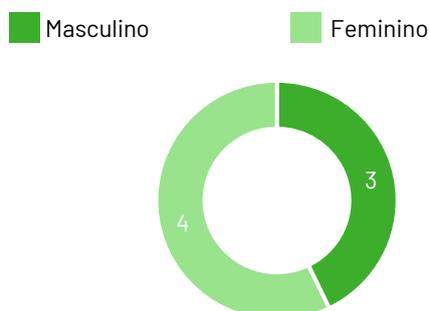
Em 2024, a Overpharma começou a sua reestruturação de negócio, o que se traduziu num ajustamento nos recursos humanos. Com a transferência de uma parte de colaboradores para uma empresa externa, por cessão de posição contratual de colaboradores, sendo o *headcount* de 7 colaboradores no final do ano, portanto uma diminuição de 29 colaboradores.

O valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendeu a 1.093.258 euros, o que se traduziu numa diminuição de 33.1%, comparativamente ao ano 2023.

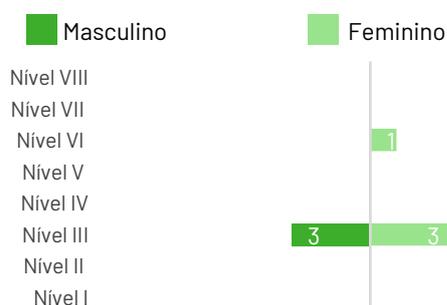
Em 2024, registou-se um ajustamento positivo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo aumento superior a 100% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2023.

valores em euros	2024	2023
Número de trabalhadores no final do período	7	36
Número médio de trabalhadores ao longo do período	28	36
Idade média dos trabalhadores	44	44
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	7	5
Horas de formação totais	176,0	846,8
Média de horas de formação por trabalhador	6,29	23,52
Gastos com o pessoal	1 093 258	1 634 533
Gastos médios por trabalhador	156 180	45 404
VAB por trabalhador	276 314	74 633

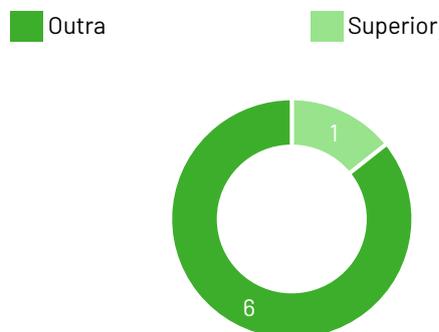
GÉNERO 2024



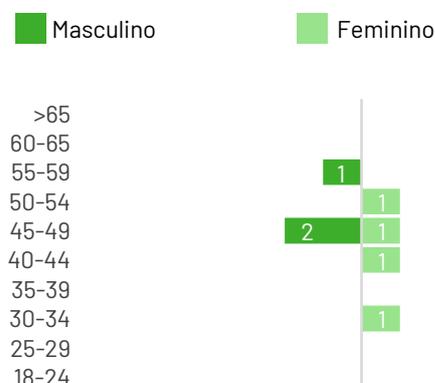
HABILITAÇÕES 2024

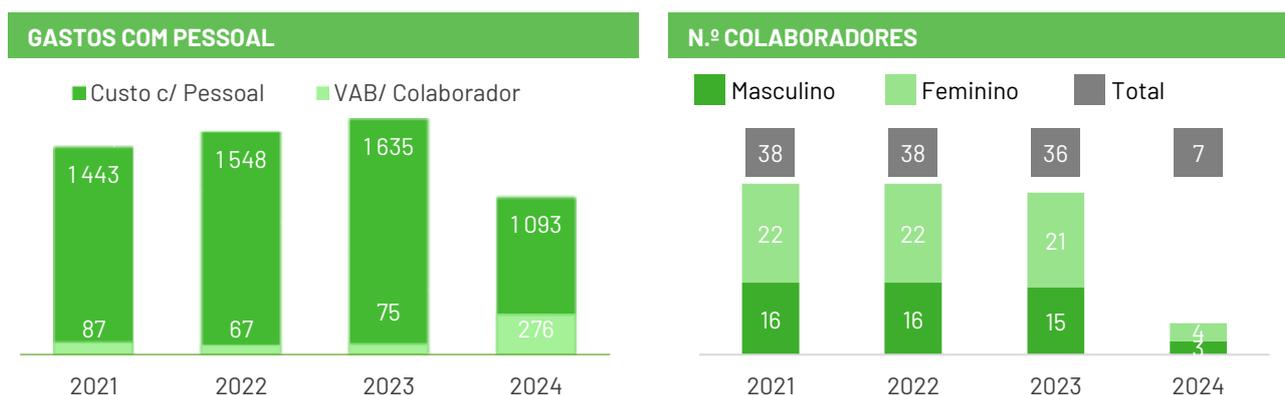


HABILITAÇÕES



IDADE





5.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2024	Peso%	2023	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	192 933	1,0%	232 798	1,4%	-17,1%
Outros ativos não correntes	9 859	0,0%	9 797	0,1%	0,6%
Inventários	794 446	3,9%	4 340 765	26,5%	-81,7%
Devedores correntes	9 375 038	46,6%	11 277 519	68,9%	-16,9%
Disponibilidades e equivalentes	9 766 358	48,5%	516 396	3,2%	>100%
Ativo Total	20 138 633	100,0%	16 377 275	100,0%	23,0%
Capital Próprio	16 177 050	80,3%	13 540 758	82,7%	19,5%
Dívida não correntes	50 009	0,2%	84 021	0,5%	-40,5%
Outros passivos correntes	3 910 493	19,4%	2 751 896	16,8%	42,1%
Dívida correntes	1 081	0,01%	599	0,00%	80,4%
Passivo Total	3 961 583	19,7%	2 836 517	17,3%	39,7%

O ativo total a 31 de dezembro de 2024 ascendeu a 20.138.633 euros, face a 16.377.275 euros em dezembro de 2023. O ativo é composto maioritariamente por outras contas a receber, inventários e clientes, representando, em 2024, 50.5%, e caixa e depósitos bancários, representando 48.5% do ativo total em 2024.

Os capitais próprios aumentaram de 13.540.758 euros para 16.177.050 euros em 31 de dezembro de 2024. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2024, que ascendeu a 2.636.292 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2024, nos 80.3%, face aos 82.7% em 2023. Os capitais próprios registaram um aumento de 19.5%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2024 ascendeu 3.961.583 euros, face a 2.836.517 euros em dezembro de 2023. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores e outras dívidas a pagar representando 19.4% do passivo total em 2024.

Em 2024, o fundo de maneo ascendeu a 16.024.267 euros registando um ajustamento positivo de 19.7% comparativamente a 2023. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 6.258.990 euros, registando um ajustamento positivo de 51.4% comparativamente a 2023, com o desinvestimento em necessidades de fundo de maneo a ascender a 6.607.397 euros.

valores em euros	2024	2023	Var. %
Ativos não correntes	202 792	242 595	-16,4%
Passivos não correntes	50 009	84 021	-40,5%
Capitais próprios	16 177 050	13 540 758	19,5%
Fundo de maneo	16 024 267	13 382 184	19,7%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	10 169 483	15 618 284	-34,9%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	3 910 493	2 751 896	42,1%
Necessidades de fundo de maneo	6 258 990	12 866 387	-51,4%
Caixa e equivalentes de caixa	9 766 358	516 396	>100%
Dívida financeira corrente	1 081	599	80,4%
Tesouraria líquida	9 765 277	515 797	>100%

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 97 dias, face aos 71 dias calculado em 2023. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 18 dias, face aos 43 dias calculado em 2023. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 18 dias, face aos 140 dias calculado em 2023.

Em 2024, a empresa não contratou novas operações de financiamento, evidenciando apenas o montante em dívida das locações financeiras no valor de 50.009 euros e montantes referentes à utilização de cartões de crédito que ascendeu a 1.081 euros, comparativamente aos 84.021 euros e 599 euros registados em 2023, respetivamente.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, no âmbito da gestão de tesouraria, recorre a factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período. O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2024 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2024	2023	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	3 609 866	680 737	430,3%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

5.6 INDICADORES DESEMPENHO

	2024	2023	Var.
Económicos			
EBITDA	3 609 866	680 737	>100%
EBIT	3 570 169	642 151	>100%
EBITDA %	18,1%	4,2%	13,9 pp
EBIT %	17,9%	4,0%	14,0 pp
VAB	1 934 197	2 686 775	-28,0%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	16,3%	3,2%	13,1 pp
Rentabilidade do Ativo	13,1%	2,6%	10,4 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	18,0%	4,0%	14,0 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	80,3%	82,7%	-2,4 pp
Solvabilidade	4,1	4,8	-0,7
Debt to Equity	0,0	0,0	0,0
Leverage	0,3%	0,6%	-0,3 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM)>1	80,0	56,2	23,9
Liquidez			
Liquidez Geral	5,1	5,9	-0,8
Liquidez Reduzida	4,9	4,3	0,6
Liquidez Imediata	2,5	0,2	2,3
Atividade (dias)			
PMP	18	43	-24
PMR	97	71	26
PMS	18	140	-122

06

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

07

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2024, no valor de 6.000 euros.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2024, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2025.

08

PERSPETIVAS

Tal como perspetivamos no ano passado, conseguimos implementar novas estratégias de gestão que nos possibilitaram a retenção dos nossos colaboradores, em linha com a institucionalização do Grupo FHC, tais como implementação de horário flexível, estabelecimento de parcerias estratégicas e criação de eventos que propiciaram um maior bem-estar na empresa. Queremos manter este mesmo nível de atividades no ano 2025, pois o seu sucesso foi visível.

Da mesma forma, queremos continuar orientados para a qualidade e foco na inovação, que nos permitam continuar a nossa estratégia de diferenciação no mercado hospitalar nacional.

De salientar a reorganização interna com novos desafios para 2025.

Garantir o crescimento do Portfolio mantendo a competitividade e aumento dos volumes de produção no Grupo FHC (Laboratórios Basi).

Continuar a ser um fornecedor de referência de Medicamentos essenciais e de maior volume ao SNS, com custo otimizado por forma a contribuir para a sustentabilidade do SNS e a acessibilidade do doente aos medicamentos.

09

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 2.636.292,25 euros, registado no período de 2024, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: 2.636.292,25 euros

10

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2024. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 28 de fevereiro de 2025

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves

(Gerente)

Luís Pedro Gonçalves Simões

(Gerente)



INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

04



OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024

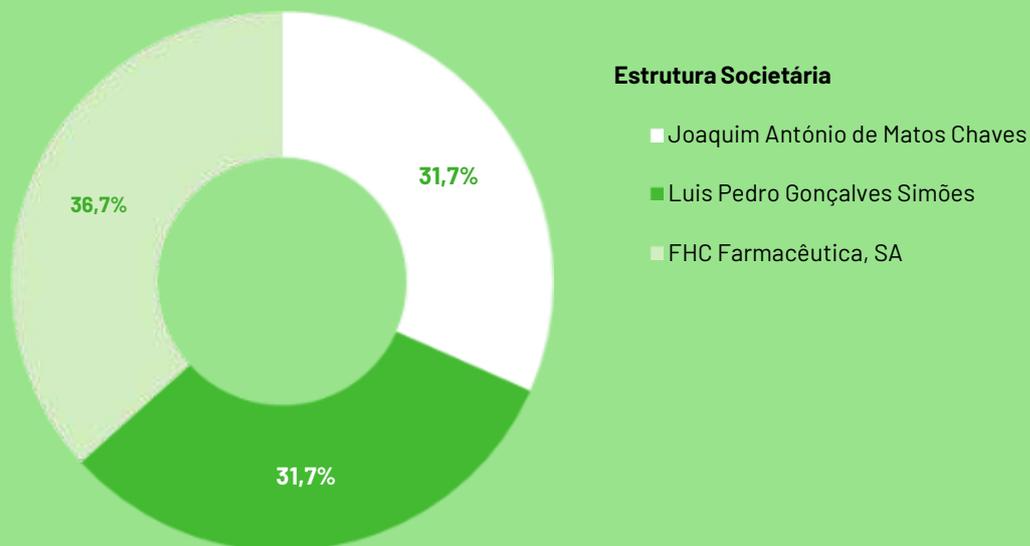
01 ÓRGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

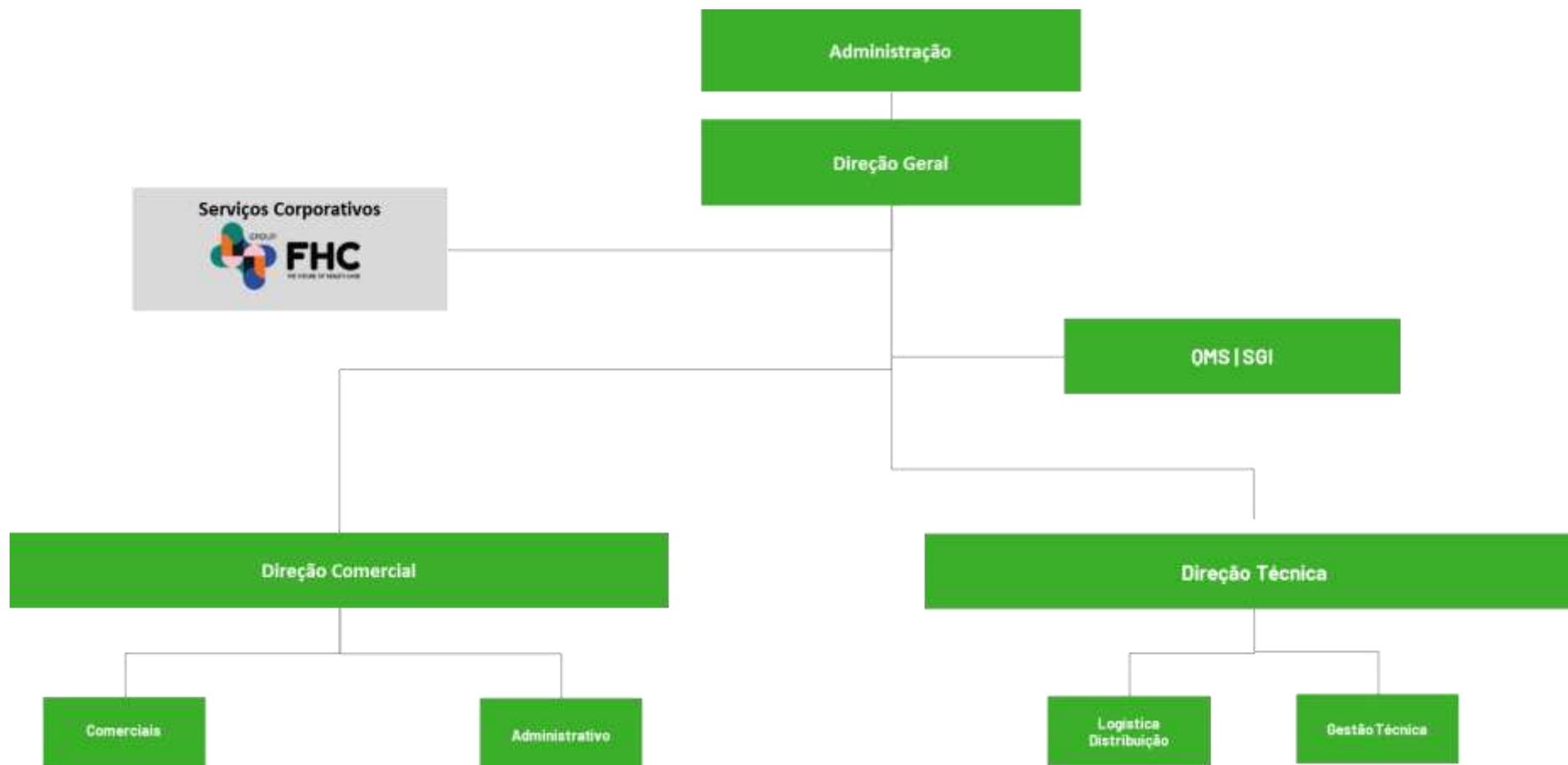
Joaquim António de Matos Chaves

Luís Pedro Gonçalves Simões

02 ESTRUTURA SOCIETÁRIA



03 ORGANOGRAMA





INFORMAÇÃO FINANCEIRA

05



OVER | Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS
2024

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1



OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024

Demonstração de resultados individual por natureza para o ano findo em 31 de dezembro de 2024

valores em euros	Notas	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	20	19 885 398	16 198 001
Subsídios à exploração	21	7 286	579
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	22	(15 962 892)	(11 341 480)
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 988 309)	(2 169 745)
Gastos com pessoal	24	(1 093 258)	(1 634 533)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	9	(485 159)	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	463	2 051
Outros rendimentos	25	3 664 120	88 902
Outros gastos	26	(417 784)	(463 037)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 609 866	680 737
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(39 697)	(38 587)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 570 169	642 151
Juros e gastos similares suportados	28	(70 901)	(22 212)
Resultado antes de impostos		3 499 268	619 938
Imposto sobre rendimento do período	29	(862 976)	(186 875)
Resultado líquido do período		2 636 292	433 063

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Balanço individual a 31 de dezembro de 2024

valores em euros	Notas	Datas	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	192 933	232 798
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros investimentos financeiros	7	9 616	9 797
Ativos por impostos diferidos	8	243	-
		202 792	242 595
Ativo corrente			
Inventários	9	794 446	4 340 765
Clientes	10	5 292 821	3 156 977
Estado e outros entes públicos	11	-	-
Outros créditos a receber	12	3 968 168	8 097 152
Diferimentos	13	114 049	23 390
Caixa e depósitos bancários	4	9 766 358	516 396
		19 935 841	16 134 679
Total do ATIVO		20 138 633	16 377 275
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	250 000	250 000
Reservas legais	15	58 395	58 395
Resultados transitados	16	13 232 363	12 799 299
Resultado líquido do período	DR	2 636 292	4 33 063
Total do Capital Próprio		16 177 050	13 540 758
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	50 009	84 021
		50 009	84 021
Passivo corrente			
Fornecedores	18	714 510	1 651 787
Estado e outros entes públicos	11	792 131	297 921
Financiamentos obtidos	17	1 081	599
Outras dívidas a pagar	19	2 403 852	794 897
Diferimentos	13	-	7 290
		3 911 574	2 752 495
Total do Passivo		3 961 583	2 836 517
Total do Capital Próprio e do Passivo		20 138 633	16 377 275

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2024

valores em euros	Notas	Períodos	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	10,20	28 132 813	15 421 916
Pagamentos a fornecedores	18,22,23	(16 496 452)	(13 389 565)
Pagamentos ao pessoal	19,24	(666 409)	(929 246)
Caixa gerada pelas operações		10 969 952	1 103 105
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(214 690)	(35 359)
Outros recebimentos/pagamentos	12,19	(1 390 375)	(1 515 195)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	9 364 887	(447 449)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5,19	-	(1 940)
Ativos intangíveis	6	-	(258)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	7	182	568
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	182	(1 629)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(43 574)	(38 477)
Juros e gastos similares	28	(71 533)	(5 198)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(115 107)	(43 675)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	9 249 962	(492 753)
Efeito das diferenças de câmbio	25,26	-	(6 464)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	516 396	1 015 613
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 766 358	516 396

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	250 000	58 395	12 401 967	397 332	13 107 694
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	397 332	(397 332)	-
	2	-	-	397 332	(397 332)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				433 063	433 063
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				35 731	433 063
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	5=1+2+3	250 000	58 395	12 799 299	433 063	13 540 758

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	250 000	58 395	12 799 299	433 063	13 540 758
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16	-	-	433 063	(433 063)	-
	7	-	-	433 063	(433 063)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				2 636 292	2 636 292
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				2 203 229	2 636 292
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	10=6+7+8	250 000	58 395	13 232 363	2 636 292	16 177 050

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.2



OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024

01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505 792 362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2

INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3

INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de janeiro, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Sempre que existam rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) os mesmos são registados na demonstração dos resultados.

3.5

INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é custo médio ponderado. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

3.6

CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outras créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de

informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring sem recurso, ou seja, em caso de não pagamento por partes dos clientes a perda é assumida pela empresa de factoring, são desreconhecidos do balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring

Os créditos sobre clientes cedidos em factoring com recurso, ou seja, em que no caso de não pagamento por parte dos clientes a empresa de factoring tem o direito de reclamar a empresa as quantias não pagas, mantêm-se reconhecidos no balanço e o risco de incobrabilidade associado é considerado para efeitos de determinação da imparidade.

3.7

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.8

CAPITAL SUBSCRITO E NÃO REALIZADO

De acordo com a NCRF nº 27, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado".

Em cumprimento do disposto no art.º 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (quota ou ação) e os seus respetivos titulares.

3.9

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.10

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:
- Caixa - ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.11

RESERVA LEGAL

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível e não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

3.12

RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.13

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E GASTOS COM JUROS

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia);
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.14

FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não difira materialmente do custo amortizado.

3.15

RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.16

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.17

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos", nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.18

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontra-se corrigido pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama e derrama estadual, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.19

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.20

OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais, quando existem, são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.21

JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;

- Valorização da produção;
- Ativos por impostos diferidos
- Registo de provisões;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.22

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são os seguintes:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Caixa - Euros	99	52
	99	52
Depósitos à ordem - Euros	2 115 491	515 616
Depósitos à ordem - Dólares	768	727
	2 116 258	516 343
Depósitos a prazo	7 650 000	-
Total de caixa e depósitos bancários	9 766 358	516 396

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2024 e de 2023 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2023			
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-23
Custo:				
Edifícios e outras construções	152 346	-	-	152 346
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento de transporte	-	212 500	(106 250)	106 250
Equipamento administrativo	128 286	5 878	(1 535)	132 629
Outros ativos fixos tangíveis	809 780	-	-	809 780
	1 112 756	218 378	(107 785)	1 223 349
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	27 474	3 223	-	30 697
Equipamento básico	17 347	999	-	18 346
Equipamento de transporte	-	19 523	-	19 523
Equipamento administrativo	118 889	5 287	(1 535)	122 641
Outros ativos fixos tangíveis	790 870	8 473	-	799 343
	954 579	37 507	(1 535)	990 551
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	158 176	180 871	(106 250)	232 798
	31 de dezembro de 2024			
	Saldo em 01-jan-24	Aquisições / Dotações	Alienação / Abates	Saldo em 31-dez-24
Custo:				
Edifícios e outras construções	152 346	-	-	152 346
Equipamento básico	22 344	-	-	22 344
Equipamento de transporte	106 250	-	-	106 250
Equipamento administrativo	132 629	2 105	(2 127)	132 607
Outros ativos fixos tangíveis	809 780	-	(801 190)	8 590
	1 223 349	2 105	(803 317)	422 137
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	30 697	3 223	-	33 921
Equipamento básico	18 346	999	-	19 345
Equipamento de transporte	19 523	26 031	-	45 555
Equipamento administrativo	122 641	4 298	(2 127)	124 812
Outros ativos fixos tangíveis	799 343	4 920	(798 693)	5 570
	990 551	39 472	(800 820)	229 204
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	232 798	(37 367)	(2 498)	192 933

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

(ver nota 27)

06

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2023		
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-23
Custo			
Programa de computador	70 593	1 080	71 673
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	208 548	1 080	209 628
Amortizações Acumuladas			
Programa de computador	70 593	1 080	71 673
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	208 548	1 080	209 628
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	-	-
	31 de dezembro de 2024		
	Saldo em 01-jan-24	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-dez-24
Custo			
Programa de computador	71 673	225	71 898
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	209 628	225	209 853
Amortizações Acumuladas			
Programa de computador	71 673	225	71 898
Propriedade industrial	137 955	-	137 955
	209 628	225	209 853
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	-	-	-

(ver nota 27)

07

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho.

	31-dez-24	31-dez-23
	Não corrente	Não corrente
Outras empresas		
Fundos de Compensação do Trabalho	9 616	9 797
	9 616	9 797

08

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de dezembro de 2023			
	Saldo em 01-jan-23	Constituição		Saldo em 31-dez-23
		Resultado líquido	Reversão	
Ativos por impostos diferidos				
Gastos a reconhecer	11	-	(11)	-
	11	-	(11)	-

	31 de dezembro de 2024			
	Saldo em 01-jan-24	Constituição		Saldo em 31-dez-24
		Resultado líquido	Reversão	
Ativos por impostos diferidos				
Gastos a reconhecer	-	243	-	243
	-	243	-	243

09

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-24	31-dez-23
Mercadorias	1 279 605	4 340 765
	1 279 605	4 340 765
Perdas por imparidades de inventários	(485 159)	-
	794 446	4 340 765
Perdas por imparidades	31-dez-24	31-dez-23
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	485 159	-
	485 159	-

(Ver nota 22)

10 CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
	Corrente	Corrente
Clientes		
Clientes conta corrente	5 292 821	3 156 977
Clientes de cobrança duvidosa	221 010	221 473
	5 513 830	3 378 450
Perdas por imparidade acumuladas	(221 010)	(221 473)
	5 292 821	3 156 977

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	3 830 051	1 462 769	2 960 422	196 555
Clientes de cobrança duvidosa	221 010	-	221 473	-
	4 051 061	1 462 769	3 181 895	196 555

Perdas por imparidades em dívidas a receber	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo a 1 de Janeiro	221 473	223 524
Aumento	1 377	-
Reversão	(1 840)	(2 051)
	221 010	221 473

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	726 238	77 709
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	57 561	174 639
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3 218	17 649
Segurança Social	5 114	27 924
	792 131	297 921

12

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
	Corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	9 784	18 327
Devedores por acréscimos de rendimentos	61 942	24 975
Factoring	3 893 432	8 021 417
Outros devedores	3 010	32 434
	3 968 168	8 097 152

13

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-2024	31-dez-2023
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	2 716	18 190
Outros gastos a reconhecer	111 333	5 200
	114 049	23 390
Diferimentos (Passivo)		
Seguros	-	384
Outros rendimentos a reconhecer - IEFP	-	6 907
	-	7 290

14

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

No ano 2024 foram transmitidas, as quotas da sociedade detidas pelos sócios Eugénio Batista Nunes e António Fernando Santos Constantino para a FHC Farmacêutica, S.A.

O capital social é constituído como segue:

Titular	Nº de ações	% participação	Valor participação
Luís Pedro Gonçalves Simões	79 167	31,67%	79 167
Joaquim António Matos Chaves	79 167	31,67%	79 167
FHC Farmaceutica, SA	91 667	36,67%	91 667
	250 000	100%	250 000

15

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Durante o período de 2024 não foi transferido qualquer montante para reservas legais representando neste período 23.4% do capital social.

16

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2023, no montante de 433.063 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

	31-dez-2024	31-dez-2023
Saldo a 1 de janeiro	12 799 299	12 401 967
Transferência R.L.E.	433 063	397 332
	13 232 363	12 799 299

17

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	50 009	-	84 021	-
Cartões de crédito	-	1 081	-	599
	50 009	1 081	84 021	599

18

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
	Corrente	Corrente
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	664 093	1 651 316
Fornecedores receção e conferência	50 417	471
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	(900 000)
	(185 490)	751 787
Perdas por imparidade acumuladas	900 000	900 000
	714 510	1 651 787

	31-dez-2024		31-dez-2023	
	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	581 651	82 441	1 493 638	157 679
Fornecedores receção e conferência	50 417	-	(3 729)	4 200
Fornecedores de cobrança duvidosa	(900 000)	-	(900 000)	-
	(267 932)	82 441	589 909	161 879

19

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2024	31-dez-2023
	Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	30 425	19 495
Credores por Acréscimo de Gastos:		
Remunerações a liquidar	35 599	168 650
Seguros a liquidar	-	2 438
Outros credores por acréscimo de gastos	83 616	71 412
Factoring	2 254 212	532 817
Outras dívidas a pagar	-	85
	2 403 852	794 897

20

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2024 e de 2023 foram como segue:

	2023			Total
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	
Vendas de mercadorias	15 359 233	34 101	-	15 393 334
Prestação de serviços	804 666	-	-	804 666
	16 163 899	34 101	-	16 198 001

	2024		
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	18 767 130	25 782	18 792 912
Prestação de serviços	1 092 486	-	1 092 486
	19 859 616	25 782	19 885 398

21

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de subsídios à exploração nos períodos de 2024 e 2023 tinham a seguinte composição:

	2024	2023
IEFP - Estágios	7 286	579
	7 286	579

22

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é detalhado como segue:

	2024	2023
	Mercadorias	Mercadorias
Inventários iniciais	4 340 765	3 681 556
Compras	12 462 170	12 213 669
Regularizações	(45 597)	(212 979)
Inventários Finais	794 446	4 340 765
C.M.V.M.C.	15 962 892	11 341 480

(Ver nota 9)

23

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	2024	2023
Trabalhos especializados	975 011	1 034 390
Transporte de mercadorias	564 034	534 121
Rendas e alugueres	91 934	136 430
Seguros	53 796	48 904
Outros serviços	52 351	81 389
Deslocações e estadas	51 704	60 406
Despesas de representação	45 472	71 812
Combustíveis	36 209	49 653
Conservação e reparação	33 893	35 855
Outros	83 905	116 784
	1 988 309	2 169 745

24

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	-	11 028
Remunerações do pessoal	863 472	1 144 140
Indemnizações	21 018	188 187
Encargos sobre remunerações	187 069	253 429
Seguros	9 877	11 831
Outros gastos com pessoal	11 822	25 918
	1 093 258	1 634 533

O número médio de colaboradores em 2024 foi de 28 e no período de 2023 de 36.

25

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	2024	2023
Rendimentos suplementares	3 518 797	14 481
Descontos de pronto pagamento obtidos	290	-
Recuperação de dívidas a receber	-	(394)
Diferenças de câmbio favoráveis	-	26 622
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 732	9 119
Juros e outros rendimentos similares	30 536	2 858
Outros rendimentos e ganhos	112 765	36 215
	3 664 120	88 902

26

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

	2024	2023
Impostos	32 610	30 674
Descontos de pronto pagamento concedidos	123 788	157 682
Dívidas Incobráveis	7 949	-
Perdas em inventários	108 438	40 223
Gastos e perdas em inv. financeiros	-	14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	7 008
Outros juros	14 827	-
Outros gastos e perdas	130 172	227 436
	417 784	463 037

27

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2024 e de 2023 são os seguintes:

	2024	2023
	Gastos	Gastos
Ativos fixos tangíveis	39 472	37 507
Ativos intangíveis	225	1 080
	39 697	38 587

(Ver nota 5 e 6)

28

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2024 e de 2023, tinham a seguinte composição:

	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	70 901	22 212
Resultados financeiros	(70 901)	(22 212)

29

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhado com segue:

	2024	2023
Imposto Corrente	863 219	186 875
Imposto Diferido	(243)	-
	862 976	186 875

No período de 2024 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- Foi aplicada uma majoração de 1.299,21 euros relativamente a gastos com donativos, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- Foi aplicada uma majoração de 3.050,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.
- A empresa beneficiou do Incentivo à Capitalização das Empresas previsto pela Lei nº24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei nº20/2023, de 17 de maio, artigo 43ºD do Regime fiscal de incentivo à capitalização das empresas. O benefício aplicado foi de 58.816,93 euros.

No período de 2023 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- Foi aplicada uma majoração de 19.189,07 euros relativamente a gastos com donativos, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- Foi aplicada uma majoração de 3.050,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

30

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afetar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, acionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

A natureza do relacionamento com as outras partes relacionadas, descritas no quadro infra, é estabelecido por força do pessoal chave da gestão.

Referência	Denominação	Sede	% Capital
Sócios	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	31,7%
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	31,7%
	FHC - Farmacêutica, S.A.	Portugal	36,7%
Pessoal chave da gestão (Overpharma)	Joaquim António de Matos Chaves	Portugal	
	Luís Pedro Gonçalves Simões	Portugal	
Outras partes relacionadas (Pessoal chave da gestão)	Actrádia, S.A.	Portugal	
	Basinnov - Life Sciences - Unipessoal, LDA	Portugal	
	Empifarma - Produtos Farmacêuticos, S.A.	Portugal	
	Grasshopper - Sis. Informação, Lda	Portugal	
	Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, S.A.	Portugal	
	Private Atlantic, SGPS, S.A.	Portugal	
	Senhora da Ribeira - Empreendimentos Imobiliários, SA	Portugal	
	Worldrugs, Lda	Portugal	
	Zeone Consulting, LDA	Portugal	
	Laphysan, S.A.U.	Espanha	
	MozPharma, LDA	Moçambique	
SVP Pharma, Ltd	Reino Unido		
Vitamed	Brasil		

Transações	2024	2023
Vendas e prestação de serviços		
FHC - Farmacêutica, SA	1 598 817	1 054 753
Zeone Consulting, Lda	100	4 421
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	34 193	26 731
	1 633 110	1 085 904
Compras e aquisição de serviços		
FHC - Farmacêutica, SA	8 083 986	6 382 874
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	1 559	1 289
Zeone Consulting, Lda	326 349	200 988
Laboratórios Basi - Indústria Farmacêutica, SA	-	49
Laphysan	107 706	119 383
Actrádia, S.A.	43 928	22 001
	8 563 528	6 726 583
Saldos	2024	2023
Contas a receber		
Empifarma - Produtos Farmacêuticos, SA	602	-
FHC - Farmacêutica, SA	1 462 168	196 555
	1 462 769	196 555
Contas a pagar		
FHC - Farmacêutica, SA	46 227	142 506
Zeone - Informática, Lda	36 173	15 173
	82 400	157 679

31

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

31.1

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência no dia 28 de fevereiro de 2025. No entanto os sócios poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

31.2

ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

32

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda, informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais relativo à revisão legal das contas no período de 2024, no valor de 6.000 euros.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Gerência, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, e sem desconsiderar os eventuais e potenciais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia, que teve início em fevereiro de 2022, entende que a Empresa mantém capacidade de prosseguir em continuidade, assegurando os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, pelo que, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém adequado e, por isso, estamos convictos que tais impactos relacionados com a invasão da Ucrânia não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do ano de 2024, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses do ano de 2025.

O Contabilista Certificado

A Gerência



—
RELATÓRIO DE
FISCALIZAÇÃO

06



OVER Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS

2024



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 20.138.632,93 euros e um total de capital próprio de 16.177.050,11 euros, incluindo um resultado líquido de 2.636.292,25 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Inscrição na DROC N.º 323
Registo na CMVM N.º 20380025
E-mail: anm.oliveira_roc@sapo.pt
Telem. 917 238 784

Conservatória do Registo Comercial sob o
Número Único de:
Pessoa Coletiva: 514 678 747
Capital Social: 5.000 €

Rua 5 de Outubro, 313 – 1.º Esqº
4100 - 175 PORTO



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações



financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 7 de março de 2025

Nuno Oliveira & Sousa, SROC, Lda.
Inscrita na Jate da SROC sob o n.º 323
Contribuinte n.º 514 678 747
Sede: Rua Cinco de Outubro, nº 313, 1.º Esq. - 4100-175 Porto
Escrit. R. D. António Alves Mendes 14-3º Sala 8D-3500 078 Viseu
Telex: 1221429834 • Telem: 917 238 784

Nuno Oliveira & Sousa – SROC, Lda. (SROC N.º 323)

Representada por: António Nuno Mendes Marques de Oliveira (ROC N.º 906)

Inscrição na SROC N.º 323
Registo na CMVM N.º 20180025
E-mail: anm.oliveira.roc@sapo.pt
Telem. 917 238 784

Conservatória do Registo Comercial sob o
Número Único de:
Pessoa Coletiva: 514 678 747
Capital Social: 5.000 €

Rua 5 de Outubro, 313 – 1.º Esq.º
4100 - 175 PORTO



OVER Pharma
life overall

Rua Eduardo Malta, n.º20,
Edifício Malhoa Plaza,
1.º piso, escritório 1.7
1070-073 Lisboa
Portugal

T: +351 214 307 760

E: info@overpharma.pt